

**Comissão Parlamentar de Inquérito à tutela política da gestão da
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da
TAP, S. A.**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 21

9 de maio de 2023

(17,10 h – 21,49 h)

Ordem do dia: — Apreciação e votação das atas n.ºs 7, 9, 10 e 12; apreciação e votação de requerimentos referentes a pedidos de documentação; outros assuntos; audição do Sr. Comendador Humberto Pedrosa, na qualidade de ex-acionista da TAP/ex-administrador da TAP.

Presidente da Comissão: Jorge Seguro Sanches (PS)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Deputados Oradores: Mariana Mortágua (BE)

Bruno Aragão (PS)

Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Hugo Carneiro (PSD)

Bruno Dias (PCP)

Bernardo Blanco (IL)

O Sr. **Presidente** (Jorge Seguro Sanches): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, muito boa tarde, temos quórum, pelo que vamos dar início à nossa reunião.

Eram 17 horas e 10 minutos.

A nossa ordem do dia de hoje tem duas partes: uma primeira de expediente e pedidos de documentação; e uma segunda de audição do Sr. Comendador Humberto Pedrosa na qualidade de ex-acionista da TAP e ex-administrador da TAP.

Srs. Deputados, creio que estamos em condições de votar as atas n.^{os} 7, 9, 10 e 12.

Submetidas à votação, foram aprovadas por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte que consiste na apreciação e votação de requerimentos referentes a pedidos de documentação.

Temos requerimentos que transitaram de reuniões anteriores, começamos pelo primeiro requerimento que, aliás, foi alterado na sequência de uma discussão numa outra reunião da nossa Comissão. É um requerimento da Iniciativa Liberal sobre os pedidos de alteração de voos do Presidente da República e comitiva.

Não sei se o Sr. Deputado Bernardo Blanco deseja usar a palavra sobre este requerimento ou não.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL) — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto aos restantes Srs. Deputados se estamos em condições de votar, ou se alguém se pretende inscrever.

Pausa.

Como ninguém pretende usar da palavra, vamos votar este requerimento da IL.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao segundo requerimento, apresentado pelo Bloco de Esquerda, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministério das Finanças, à PARPÚBLICA e à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF).

A Sr.^a Deputada Mariana Mortágua deseja usar a palavra?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, uma parte desse requerimento fica sem efeito na medida em que recebemos os documentos hoje. Não sei até que ponto é que os documentos que recebemos correspondem à totalidade dos que nós pedimos, mas, pelo menos, o acordo parassocial e outros documentos já recebemos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Pergunto se mais algum Sr. Deputado se quer inscrever para intervir sobre este ponto.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, este pedido será feito tendo em conta a documentação que já chegou nas últimas horas à nossa Comissão.

Passamos ao terceiro requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando os *e-mails* que, desde 2020, foram trocados entre a TAP e qualquer elemento do Ministério das Infraestruturas, identificando-se uma lista de pessoas.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Moniz se quer usar da palavra para apresentar o requerimento.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Há algum dos Srs. Deputados que deseje usar da palavra sobre este ponto?

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Nós não vamos acompanhar este requerimento por dois motivos que explico rapidamente: o primeiro é porque entendemos que há aqui alguma regra de proporcionalidade que uma investigação deste tipo deve ter sempre, aliás, como decorre até do Processo Penal.

Isto não é propriamente «pesca por arrastão» e, portanto, tem de haver aqui alguma regra e, sobretudo, proporcionalidade neste processo. Um requerimento que pede todos os *e-mails*, independentemente do seu conteúdo, do que digam ou que tenham ou não a ver com o processo, ou com

o objeto ou não desta Comissão, é manifestamente exagerado e, aliás, não é sequer típico nem prática deste tipo de processos probatórios.

Assim, nós não vamos acompanhar este requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, evidentemente que já na última intervenção que tive no âmbito de aprovações de requerimentos de outros grupos parlamentares que não do Partido Socialista, fui claro em sinalizar aquilo que nos parecia o início do rolo compressor do Partido Socialista em funcionamento.

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — E ainda é o inicial!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr.^a Deputada, ouça, eu sei que custa, mas ouça, ouça!

E, então, o que se passa aqui é que o Deputado Bruno Aragão faz desde logo uma imprecisão que a Comissão não deve aceitar. O Partido Social Democrata não pediu os *e-mails* avulsos, todos desde antes da pré-história e depois de Cristo; pediu especificamente sobre a TAP. E isso faz toda a diferença, quer na sua intervenção, quer na abordagem que faz, embora, como disse, não nos surpreende que este — e veremos daqui para a frente — não seja o primeiro caso em que o Partido Socialista obstaculiza, votando contra, a obtenção de documentos de provas factuais que levem ao cabal esclarecimento da verdade.

Sinalizei-o na minha última intervenção e hoje temos, pela boca do Deputado Bruno Aragão, a prova inequívoca desta nova atitude que visa, tão somente, proteger e não descobrir a verdade, como é nossa obrigação.

Aliás, no decurso desta reunião, num outro assunto que traremos, porventura, irá provar-se à saciedade este início de novo ciclo de autoritarismo obstaculizante do trabalho da Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, mais uma vez, com todo rigor, e só para esclarecer, leio: «Vem o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 13.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, requerer ao Ministério das Infraestruturas todos os *e-mails*, desde 2020, inclusive, trocados entre a TAP...»

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Entre quem?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... «e qualquer elemento do Ministério das Infraestruturas, designadamente...», tal, tal e tal.

Portanto, fui claro sobre aquilo que disse. Mas acho que há uma narrativa que é importante esclarecer desde já, porque essa ideia da prova inequívoca de que há aqui um rolo compressor, ia sendo tentada a semana passada, e, aparentemente, parece que não foi o que aconteceu, foi uma precipitação — e eu percebo isso —, mas é sobretudo uma qualificação e nós devemos deixar claro que quando uma coisa é qualificação fica, evidentemente, com quem a qualifica, mas não diz nada sobre o qualificado.

Portanto, se vamos usar essa ideia de que há um rolo compressor ou que há obstaculização sempre que, legitimamente, um partido entende votar, com um argumentário e com fundamentação, determinado requerimento, então, Sr. Presidente, a obstaculização é, diria eu, uma prerrogativa regimental e sobre isso não posso dizer mais.

O Partido Socialista argumentou, o Partido Social Democrata discorda, também legitimamente, e, portanto, é isso que faremos sem dramas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, é só para particularizar que foi importante o Sr. Deputado Bruno Aragão, nesta segunda intervenção, ter referido que nós pedimos a correspondência de *e-mails* da TAP.

Quero ainda dizer-lhe que os *e-mails* em falta, e que nós nominalmente demos alguns exemplos, são os que se reportam aos contratos da Sr.^a CEO (*Chief Executive Officer*), a prémios e remunerações, a questões centrais da nossa investigação e que não foram prestadas as informações. E mais: já foram pedidos e não foram enviados. Ora, nós apanhámos estas informações cruzadas noutros *e-mails*, mas não do Ministério das Infraestruturas, que seria quem estava obrigado, pela primeira vez, a prestar diligentemente a informação.

Portanto, além da primeira tentativa de ocultação do Ministério das Infraestruturas, há o respaldo, aparentemente, no voto contra do Partido Socialista. Está registado!

A Sr.^a **Vera Braz** (PS): — Sim, está registado!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, nós achamos isso um pronúncio muito grave do que daqui para a frente se passará.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu relembro que este pedido de documentação, que já tem uns tempos e que foi aprovado, ao que me lembro por unanimidade, peca por escasso.

A informação que foi enviada não foi a solicitada, ou, então, veio incompleta, portanto, acho que nós não devíamos estar a discutir e a aprovar este novo requerimento do PSD, mas a Comissão devia estar a exigir ao Ministério das Infraestruturas que enviasse a documentação que não enviou, conforme o requerimento que foi aprovado inicialmente.

Assim, o que eu sugiro, antes de se considerar a votação deste requerimento, é que seja exigido pela Comissão ao Ministério das Infraestruturas a documentação em falta e aí este requerimento caía por terra e nem sequer precisava de ser votado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

De facto, há um requerimento anterior nosso a solicitar o envio desta informação que não havia sido enviada, requerimento esse que mereceu a aprovação unânime, e o que está neste requerimento é a particularização daquilo que foi identificado e votado, aliás, em resposta ao repto do Sr. Presidente para que nós indicássemos aquilo que estava em falta.

Portanto, em boa verdade, isto é particularizar o que já foi aprovado por unanimidade no anterior requerimento.

O Sr. Presidente: — Pergunto se há mais algum inscrito sobre este ponto.

Não havendo mais inscrições, vamos votar o requerimento.

O Sr. Hugo Carneiro (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Estamos no meio da votação, Sr. Deputado...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Queria fazer um ponto de ordem à mesa sobre a votação.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, estamos numa votação e antes eu perguntei se havia mais algum Sr. Deputado que se quisesse inscrever para falar.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, era sobre um facto que queria informar o Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pois, mas nós agora estamos na votação. Houve uma discussão e agora estamos na votação.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento do PSD.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Jorge Seguro Sanches, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Hugo Patrício Oliveira, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais quero cumprimentá-lo e cumprimentar os Srs. Deputados e dizer o seguinte: eu não percebi que o Sr. Presidente ia passar imediatamente à votação e, de facto,

fico espantado com aquilo que nós acabamos de votar e não posso deixar de o referir, porque o Sr. Presidente, em reuniões anteriores, tem pedido insistentemente, sempre que nós identifiquemos documentação que não foi devidamente remetida por cada uma das entidades, que o sinalizemos e o aquilo que o PSD fez foi, precisamente, dar exemplos dessa sinalização.

Portanto, estes documentos já tinham sido pedidos anteriormente, foram aprovados, pelo que, com esta votação que nós fizemos agora, tem de ficar claro que a maioria, que decidiu votar este requerimento e chumbá-lo, alterou uma decisão anterior desta Comissão.

Ora, isto abre um precedente, porque a partir deste momento há uma dúvida que persiste e que é: sempre que alguma entidade não remeter a informação que foi previamente aprovada pela Comissão, como é que cada um dos Srs. Deputados se deve comportar? Porque se nós enviarmos um *e-mail* à Mesa e ao Sr. Presidente, sinalizando estes documentos, eventualmente eles vão voltar a ser votados, é isto que eu depreendo daquilo que nós acabámos de fazer.

Assim sendo, acho que era importante esclarecer, exatamente, o que é que nós estamos aqui a fazer e o que é que cada uma das decisões que a Comissão toma em cada momento vale, uma vez que as decisões posteriores, pelos vistos, partindo da boa fé dos Srs. Deputados, que até tiveram o trabalho de sinalizar, porque fizeram cruzamento de informação entre várias fontes, os documentos que não foram enviados, nomeadamente por um ministério, o que é que cada um dos Srs. Deputados pode fazer, porque isto é uma armadilha. Repito: isto é uma armadilha!

Portanto, eu acho que era importante, Sr. Presidente, clarificar isto.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se mais algum dos Srs. Deputados deseja intervir.

Pausa.

Como mais ninguém deseja usar da palavra sobre este ponto e antes de passar seguinte, quero dizer que esse trabalho tem sido feito pelos nossos serviços, precisamente, pedindo sempre os elementos que são necessários, nomeadamente chamando a atenção para qualquer questão que não tenha chegado dessa forma.

E, portanto, penso que há todas as condições para continuar a fazer esse trabalho, independentemente dos requerimentos que os Srs. Deputados queiram interpor na Comissão.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E estes documentos, se me permite...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos passar aos pontos seguintes...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas, se me permite, Sr. Presidente, estes documentos já tinham sido pedidos antes. Aquilo que nós fizemos foi sinalizar, precisamente, que há um ministério que não os remeteu. Como é que nós identificámos essa informação? Fazendo cruzamento das várias fontes a quem têm sido pedidas as informações, percebemos que há um ministério que não está a responder. Ora, isto levanta uma dúvida, que é: até onde é que as respostas não estão a ser dadas?

Portanto, isto merece uma resposta para nós percebermos como é que cada um de nós deve atuar.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos continuar, então, a fazer o trabalho como tem sido feito, através dos serviços, fazendo a localização da informação que foi pedida e da informação que foi respondida.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para deixar registado em ata que o Sr. Presidente opta por não responder à minha pergunta. Apenas isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, depois de o ver escudar-se na diligência dos serviços, que nós respeitamos e temos em consideração, a pergunta que lhe quero fazer é: quais são as diligências que o senhor, enquanto Presidente da Comissão, vai fazer, porque é a sua obrigação, para cumprir o requerimento já aprovado nesta Comissão, por unanimidade, e que solicita toda a comunicação com administradores e *chairman* da TAP desde 2021? Recordo que isto foi aprovado por unanimidade.

A pergunta que lhe faço — e peço-lhe que não se refugie nos serviços — é a seguinte: uma vez que, objetivamente, está patente que o Ministério ocultou a informação, porque apanhamos os *e-mails* cruzados, o que é que V. Ex.^a vai diligenciar para que isto chegue à Comissão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não continuando com o debate, queria dizer-lhe só que continuarei a atuar da forma como tenho atuado, no sentido do cumprimento rigoroso do meu mandato.

Passamos ao requerimento seguinte, apresentado também pelo Grupo Parlamentar do PSD, pedindo instruções ou cartas vinculantes do Governo, dirigidas à PARPÚBLICA.

Algum dos Srs. Deputados deseja usar da palavra no âmbito deste ponto?

Como não há pedidos de palavra, vamos votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos ao requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, solicitando à PSP cópia de autos, cópia de registos áudio de chamadas telefónicas e à Polícia Judiciária (PJ) cópia do registo da ocorrência e descrição dos procedimentos adotados para preservação de prova.

Creio entender que o Sr. Deputado Paulo Moniz deseja usar da palavra para apresentar o requerimento.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, todos nós fomos assistindo a um conjunto de contradições referentes aos infelizes incidentes ocorridos entre um assessor do Sr. Ministro das Infraestruturas no Gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas.

As versões são absolutamente contraditórias, quer do que se passou, quer de quem chamou a PSP, quer, de facto, no fundo, quanto ao que está em jogo, não tanto por este episódio rocambolesco que a todos nos envergonha, mas por algo mais substantivo — e aqui é que é a questão: são alegadas notas de reuniões que nós consideramos que não devem acontecer, notas essas que constituem prova factual e essencial ao trabalho desta Comissão.

E aqui o que nos importa apurar — do ponto de vista da Comissão — é o que é que se passou, como é que foi tratada a informação referente ao âmbito de investigação da Comissão, se foi preservada, como é que foi salvaguardado este computador, se esta informação esteve à solta, quem é

que acedeu, como acedeu, como é que está preservada. Estas são as nossas preocupações.

É por essa razão que pedimos os elementos que este requerimento corporiza, porque queremos ter a total garantia de que não há nenhum 007 a mais, que ainda não conheçamos, nem que haja aqui alguma equipa especializada, vinda de Marte por intermédio de algum diretor de serviços do Estado.

É esta explicação cabal e certeza que queremos ter e que está consubstanciada no pedido feito neste requerimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. Bruno Aragão (PS): — Sr. Presidente, agora era eu que tinha vontade de qualificar, mas, mantendo a coerência, não posso.

Portanto, por este requerimento ser manifestamente contrário ao objeto desta Comissão, só podemos, naturalmente, não acompanhar o requerimento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Sr. Presidente, eu tentei, na minha primeira intervenção, explicitar especificamente qual era o objeto que tinha a ver com a Comissão — objeto central —, ou seja, as notas das reuniões que possam ter ocorrido e que é informação contida, aparentemente, no computador que saiu, que andou desaparecido e que já voltou a algum lado.

Tivemos o cuidado de especificar o que é que queríamos e, novamente, ao invés de querer aclarar os factos, o Partido Socialista, com um aparente chumbo, volta a querer a opacidade e a obstaculização à descoberta da verdade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, mais uma vez, a qualificação não diz nada sobre o qualificado.

E eu vou ler o que é que diz e o que é que pede o requerimento...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Faz favor!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Aquilo que se está a pedir é: «Cópia dos autos (de participação) dos eventos ocorridos na noite de 26 de abril que conduziram a PSP às instalações do Ministério das Infraestruturas; cópia do(s) registo(s) de áudio das chamadas telefónicas solicitando a intervenção da PSP; cópia do registo da mencionada ocorrência; descrição dos procedimentos adotados para preservação de prova, nomeadamente para preservação do computador, que terá sido entregue pelo SIS à PJ.»

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Lá está!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Digam-me, Srs. Deputados, o que é que isto tem a ver com o objeto desta Comissão, que é tutela política da TAP, SGPS e TAP, S,A, particularmente no período entre 2000 e 2022, com um conjunto de pontos aprovados na resolução da Assembleia da República? Rigorosamente nada!

Bem podemos ir com as qualificações da obstaculização, porque essa é uma narrativa também relativamente fácil, mas aquilo que está a ser pedido não tem nada a ver com o objeto desta Comissão

E há uma coisa que resulta do próprio regime jurídico: esta Comissão não tem poderes especiais fora do seu objeto, sequer para pedir chamadas

telefónicas ou... Por isso é que o objeto de uma Comissão é absolutamente fundamental, porque é o objeto que legitima os poderes que temos para, dentro dele, podermos requerer um conjunto de documentação, de informação. É exatamente isso.

Isto está manifestamente fora desse objeto, e sobre isso não temos dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, pela última vez, queria explicar que a relevância do pedido se prende com aquilo que o próprio Sr. Deputado Bruno Aragão disse: é que as notas se referem a reuniões no período em análise desta Comissão, a factos que estão em análise nesta Comissão e que já foram aqui discutidos e, por conseguinte, aquela informação é preciosa no âmbito desta Comissão.

Percebo perfeitamente que o Partido Socialista, novamente, como fez há pouco, queira obstaculizar, mas, naturalmente, essas decisões estão à vista de todos e nós registamo-las com desagrado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, só para dizer, mais uma vez, que lamento, mas lamento profundamente, em abono da verdade, esta posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em que não nos revemos e que não podemos aceitar.

Isto é um ataque à democracia e à busca pela verdade deste processo! E isto que fique registado em ata: este requerimento pede provas factuais que têm a ver, de forma umbilical, com este processo.

É de categórica importância termos acesso a tudo o que foi pedido neste requerimento, porque não aconteceriam estes factos se não fosse a Comissão de Inquérito estar a decorrer.

E, mais uma vez — e não vou entrar em juízos de valor, porque quem decidiu pela não aprovação do requerimento terá um juízo de valor feito *a priori* —, só lamento, lamento, que seja vetada a esta Comissão a possibilidade de um escrutínio rigoroso, sério e independente, coisa que não está a ser feita.

E mais digo, para que fique também registado em ata: a manter-se esta postura do Partido Socialista, vamos ponderar se vale a pena continuar com a Comissão de Inquérito, porque está tudo dito e está visto ao que o Partido Socialista vem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente,...

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Um suplente pode estar aqui a insurgir-se?!

Vozes do PS: — Pode!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, quando eu tiver condições para intervir, cá estarei.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que criem condições para que o Sr. Deputado Bruno Dias possa intervir.

Sr. Deputado Bruno Dias, faça favor.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Julgo que aquilo que a Comissão de Inquérito está, neste momento, a acabar de fazer é um *looping*. Qualquer dia chegamos ao ponto de propor uma Comissão de Inquérito sobre a Comissão de Inquérito e uma Comissão de Inquérito sobre a resposta do Governo à Comissão de Inquérito.

Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Esta Comissão de Inquérito tem como objetivo a avaliação dos processos de decisão no contexto da TAP. Nós temos muitas questões e perplexidades relativamente aos acontecimentos no Ministério das Infraestruturas que são objeto deste requerimento, que devem ser tratadas e colocadas em sede própria, mas pensamos que há limites, do ponto de vista da abordagem das matérias na Comissão de Inquérito.

Nós não iremos votar a favor deste requerimento, porque consideramos que o nosso foco fundamental deve ser mesmo o objeto e o mandato que a Comissão de Inquérito tem e não deve alimentar-se a si própria com os acontecimentos que vai gerando e depois investigando os acontecimentos que ela própria gerou.

Concentremo-nos na TAP, no que tem sido a sua gestão e no que deve ser o seu futuro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, é só para esclarecer, para que não haja dúvidas sobre esta ideia da obstaculização: na 1.^a Comissão decorre, neste momento, à porta fechada, uma averiguação sobre a atuação do SIS (Serviço de Informações de Segurança), também aprovada pela Assembleia. Portanto, não há obstaculização a nada. Há antes campos

próprios, locais próprios, instâncias próprias para fazermos as devidas averiguações.

Esta Comissão de Inquérito tem, por Resolução da Assembleia da República, um objeto que tem de cumprir e é isso que, escrupulosamente, devemos fazer. E por isso é que a questão aqui não é averiguar o que aqui se possa ter passado, é qual é a instância onde isso deve acontecer. Por isso é que na 1.ª Comissão decorre, à porta fechada, uma audição sobre parte destas matérias.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. Filipe Melo (CH): — Sr. Presidente, para que fique claro: temos ouvido, muitas vezes, falar no «âmbito da Comissão de Inquérito».

E eu volto a dizer o que tenho dito, vezes sem conta: se vamos estar a olhar apenas e só para o âmbito da Comissão de Inquérito, então expliquem-me, se puderem, o que é que vêm cá fazer depoentes que eram governantes à data de 2015. Se o que estamos a fazer é uma análise à gestão da TAP de 2020 a 2022, o que é pessoas que eram governantes em 2015, 2016 têm a ver com isto?!

Ó Sr. Presidente, acho que isto tem de ficar esclarecido de uma vez por todas.

É que se abrimos um precedente e se recuamos de 2020 a 2014, 2015, tendo esses ex-governantes para ouvir nesta Comissão, então vamos alargar para o que faz sentido. E o que faz sentido são temas da atualidade que estão envoltos em polémica por causa desta Comissão de Inquérito. É que, senão, não vale a pena estarmos aqui a discutir o âmbito da Comissão, o âmbito da Comissão, o âmbito da Comissão, quando já estamos a falhar o âmbito da Comissão há muito tempo quando aprovámos a vinda de governantes de 2014 e 2015 — que fique este registo.

O Sr. **Presidente**: — Não registando nenhuma inscrição, vamos passar à votação deste requerimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Jorge Seguro Sanches, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz, votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Hugo Patrício Oliveira, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo e da Deputada do BE Mariana Mortágua e abstenções do Deputado da IL Bernardo Blanco e do Deputado do PCP Bruno Dias.

Passamos, agora, ao próximo requerimento, apresentado pelo PCP.

Sr. Deputado Bruno Dias, deseja usar da palavra?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pergunto se algum Sr. Deputado deseja inscrever-se sobre este ponto.

Sr. Deputado Bruno Aragão, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, estamos de acordo quanto ao primeiro e ao terceiro ponto do requerimento.

Já quanto ao segundo ponto, da «desclassificação imediata dos documentos existentes no arquivo desta Comissão, produzidos por esta comissão especial, que, nos termos da lei, são públicos», não temos de nos pronunciar, porque, nos termos da lei, são públicos, e se são públicos, são públicos, e nós não temos de votar a sua desclassificação e a desclassificação

de documentos que estejam classificados, dentro do quadro legal, também não compete à Comissão.

Portanto, temos aqui alguma dificuldade em acompanhar este segundo ponto do requerimento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, havendo dúvidas vamos lá então esclarecê-las: o PCP solicita a desclassificação não aos Srs. Deputados, mas às autoridades nos termos da lei, porque os documentos que estão registados na Comissão Parlamentar de Inquérito como confidenciais, são documentos que a lei prevê que sejam públicos e, portanto, a partir daqui até podem pôr como confidenciais as Páginas Amarelas, depois cá estaremos nós para pedir para as desclassificar.

O problema é muito simples: nós temos cá documentos classificados como confidenciais que a lei determina que são públicos. Nós não temos nenhuma satisfação em apresentar este requerimento, mas há requerimentos que não têm de ser votados, têm de ser logo passados à prática e eu diria que este é um deles. É só aplicar-se a lei!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Eu estou de acordo com o que diz o Sr. Deputado sobre aplicar-se a lei, mas eu não voto a lei aqui...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É isso mesmo! Estamos de acordo!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Deputado, foi exatamente isso que eu tentei dizer. Eu não tenho de votar este ponto, no sentido de «aplique-se

a lei» e, por isso, é que eu disse, voto o primeiro ponto e voto o terceiro, sobre o segundo ponto, se é de lei, nós não temos sequer de votá-lo. É exatamente isso!

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista mais inscrições sobre este ponto.

Srs. Deputados, penso que a interpretação é a de que só as autoridades que podem classificar documentos é que os podem desclassificar — é o que está na lei —, mas este pedido pode ser dirigido à entidade que o classificou, se for esse o caso e a interpretação da Comissão.

No fundo, acho que aquilo que eu senti é que havia um entendimento quanto a essa apreciação, digo eu, é o que me parece.

Srs. Deputados, vamos votar o requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora ao ponto 3 da nossa ordem do dia — outros assuntos.

Neste ponto, gostaria de informar os Srs. Deputados que foi distribuído, hoje, o despacho de S. Ex.^a o Presidente da Assembleia da República designando a instrutora do processo de investigação sumária que iniciámos.

Foi também distribuída, durante a tarde, a lista atualizada de todos os documentos — já havia essa lista, mas passou a estar, parece-me, de uma forma mais visível — com a informação de quando é que foi feito um pedido de insistência de qualquer documento que seja solicitado, nomeadamente porque, por qualquer razão, se entendeu que não chegou à Comissão.

Quero, ainda, dizer que hoje tivemos reunião de Mesa e Coordenadores, onde os debruçámos sobre o planeamento do nosso trabalho nas próximas semanas. A discussão não foi conclusiva e, portanto, penso que

amanhã ou depois de amanhã precisaremos de uma nova reunião de Mesa e de Coordenadores para acertar e concluir alguns dos pontos que foram abordados nessa reunião, nomeadamente o pedido de prorrogação dos nossos trabalhos, tendo em conta as audições que temos previstas, que foram indicadas por cada um dos Srs. Deputados, e aquelas que já estão aprovadas e que já estão a ser marcadas.

Houve uma discussão, que me parece que foi bastante divergente, em relação a um ponto que tem que ver com a forma como o Presidente da Comissão tem agendado cada uma das audições e que é de acordo com este princípio: no início, usámos a grelha A — que é uma grelha com tempos mais alargados — e, a partir de determinada altura, começámos a usar a grelha B.

Aquilo que foi, a meu ver, consensualizado, é que a grelha que é utilizada, em princípio, com exceção dos Membros do Governo e ex-Membros do Governo, é a grelha B, que é a grelha que ultimamente temos utilizado, onde todos os partidos têm exatamente o mesmo tempo, enquanto na grelha A os partidos maiores têm mais tempo do que os outros.

Eu senti que, da parte de alguns dos Srs. Deputados, havia um desconforto em relação a essa questão, mas eu gostava de partilhar com todos o seguinte: as convocatórias têm saído dessa forma, nós já fizemos —, perdoar-me-ão alguma imprecisão no número que eu vou dizer —, 25 ou 26 audições e só 6 foram feitas com a grelha A, todas as outras foram feitas com a grelha B.

Mas também entendo que a existência da terceira ronda — que, aliás, é uma ronda que existe de acordo com aquilo que está estabelecido na lei — permite que todos os Srs. Deputados coloquem questões.

Quero ainda dizer que tenho sentido que, em todas as audições que tem havido, nunca aconteceu que a terceira ronda fosse completamente utilizada, o que significa que, do ponto de vista das questões, me parece que,

eventualmente, ficarão sempre respostas por dar, haverá sempre perguntas por fazer, nomeadamente quando algum de nós sai daqui depois da reunião, com certeza, que chegará a essas conclusões — parece-me evidente —, mas isso não tem aparecido como um resultado dos nossos trabalhos.

Muitas vezes já prescindimos de segundas rondas, muitas mesmo, já prescindimos de terceiras rondas, por vezes nem sempre há inscritos e quando há inscritos eu apostaria dizer que é muito raro ter acontecido que haja mais do que um Deputado do mesmo grupo parlamentar, e, portanto, acho que o método que temos tido para trabalhar, não sendo perfeito, é o que nos dá algumas garantias do funcionamento, sem prejuízo de, como é evidente, a qualquer momento, se poder entender, numa reunião, por consenso, haver mais um esclarecimento qualquer. Aliás, até temos um princípio, que acho que é muito positivo, de quem nos vem prestar declarações fazê-lo sem limite de tempo, sendo que as perguntas também têm de ser o mais objetivas possíveis e direcionadas e é com esse objetivo que, principalmente, a ronda primeira é de pergunta-resposta.

Estas são as informações que eu queria partilhar com todos de uma forma mais relevante.

Terminando este ponto da nossa ordem do dia, vamos iniciar a audição do Sr. Comendador Humberto Pedrosa.

Sr. Deputado Paulo Moniz, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, agradecendo as suas explicações e interpretações sobre o funcionamento das rondas pelos diversos grupos políticos e a sua visão de como o tempo tem sido ou não suficiente, gostaria de lembrá-lo que, no dia de 3 de maio, na semana passada, no início da audição da DGTF eu disse o seguinte e eu vou passar a ler a transcrição da minha intervenção: «Antes que passe a outro ponto sobre as audições para a semana, gostaríamos de sinalizar, desde já, que aquele

formato de grelha reduzida que estamos a utilizar, do nosso ponto de vista, para a semana, não nos serve àquilo que é a abrangência daquilo que são os temas a tratar. Sinalizar, desde já, que é nosso entendimento que as grelhas para a próxima semana devem ser as mais alargadas».

Resposta do Sr. Presidente da Comissão no dia 3 de maio: «Acho que valia a pena apurarmos isso, até porque o Deputado Bruno Dias sugeriu que aprovássemos uma grelha que fosse intermédia. Portanto, acho que valia a pena fazermos essa aprovação em Mesa e Coordenadores para vermos essa possibilidade».

Acontece que, quando o Sr. Presidente me respondeu isto que eu citei, as convocatórias para esta semana já tinham saído e, portanto, face a este meu alerta, duas respostas nós esperaríamos do Sr. Presidente na condução dos trabalhos: uma primeira era dizer: «Sr. Deputado, eu registo a vossa preocupação, vamos analisar, mas infelizmente para a semana, que é aquilo que objetivamente o Sr. Deputado coloca, já seguiram as convocatórias».

E a hipótese que teria era, como seguiram agora as convocatórias, ponderar, enviar uma correção àquela convocatória no que à grelha diz respeito e dizer: «Sr. Fulano, nós indicámos que a grelha era essa, mas infelizmente achamos que deve ser outra».

O Sr. Presidente não só nada disse sobre isso, como dá esta resposta que não esclarece este ponto essencial. E o que é que acontece? Esta semana temos o Sr. Comendador Humberto Pedrosa hoje, amanhã o Dr. Ramiro Sequeira e o Dr. Lacerda Machado, figuras centrais no âmbito do nosso apuramento da Comissão, pessoas profundamente conhecedoras de perto de todos os factos e limita a capacidade de fazermos uma pergunta na primeira ronda a três minutos.

Sr. Presidente, isto é imprudente, isto é inadequado, isto é ineficaz para que qualquer família política, do nosso ponto de vista, conduza um conjunto

de perguntas esclarecedoras a pessoas com a importância, conhecimento e acervo de conhecimento como essas três que vamos ouvir esta semana.

Foi por causa disto que eu, avisadamente, na semana passada, lhe fiz a pergunta que aqui agora li e, portanto, Sr. Presidente, há aqui uma questão de facto que o Sr. Presidente deveria logo na altura ter-nos alertado para isso. Admito que, estando prestes a iniciar a audição do Sr. Comendador Humberto Pedrosa, hoje seja difícil corrigir esta circunstância, mas para amanhã e para quinta-feira entendemos que há todas as condições e mais, é uma necessidade avisar quem vem cá — porque a pessoa em vez de, eventualmente, estar cá quatro horas, vai estar cinco ou seis — de que a grelha é mais alongada, é a grelha A, porque ela não impede que nós façamos o nosso trabalho.

Mais: o facto de ser a grelha alargada não impede que qualquer Sr. Deputado entenda que, uma vez esclarecidas as suas perguntas antes do tempo máximo, termine.

Portanto, o que eu quero que se ponha à consideração aqui, e se necessário for que se vote, é que a pessoa que vem amanhã e na quinta seja imediatamente avisada de que será usada a grelha alargada e não a grelha que está proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, é verdade, já tinham saído as convocatórias e, Sr. Deputado, não senti nenhuma intenção de mais nenhum outro grupo parlamentar para alterar aquilo que estava marcado e fiz as convocatórias nesse quadro.

Portanto, aquilo que eu vos quero dizer é o seguinte: essa é uma responsabilidade que cabe ao Presidente. É verdade, nós tivemos depois o Dr. Miguel Frasquilho, e usámos uma grelha dessas, estamos a falar do antigo *chairman* e, por exemplo, nessa audição, aliás, acabámos por corrigir a grelha, pois o Sr. Deputado Bruno Dias fez menção de mais tempo...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Bruno, fez-te o favor!

O Sr. **Presidente**: — ... e eu acho que tivemos uma terceira ronda até alargada para que não houvesse nenhuma questão por colocar — foram os Srs. Deputados que terminaram as perguntas, nem sequer foi a Mesa.

Portanto, as convocatórias estão feitas, foram feitas para pessoas que entendemos ouvir, creio que a sua alteração neste momento põe em causa o prestígio da Comissão, da Assembleia da República, pelo que não estou disponível para alterá-las, nomeadamente, agora, quando vier o Sr. Comendador dizer-lhe: «olhe, afinal, não é esta a grelha de tempos, é uma grelha de tempos diferente».

Srs. Deputados, era isto que queria partilhar com todos.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, eu tinha ficado com a ideia, confesso que não sei de que reunião ou de que longa reunião de Coordenadores, que esta semana não seria a grelha reduzida...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e gostava apenas de dar uma nota para que esse argumento não seja utilizado muitas vezes: eu sou daquelas pessoas que nunca vai à terceira ronda, e não vou por uma razão, porque interessa-me a pergunta/resposta, não me interessa a resposta agrupada.

Eu, por mim, dispensava a terceira ronda e é por isso que não vou, não é porque não tenha perguntas, é porque não quero aquele modelo. E assumir que por defeito, sem consultar, sem ter a certeza de que toda a gente está

confortável, uma grelha reduzida de 3 minutos, ainda mais numa semana com audições tão importantes como estas, eu estou a olhar para as minhas perguntas e confesso que as fiz achar que a grelha ia ser a normal de sete minutos e não sei como é que as vou enfiar em três minutos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ora bem!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E não é só a da manhã e depois; para mim esta é particularmente importante e, portanto, queria só manifestar o meu desagrado relativamente a esta decisão e um apelo para que não prejudiquemos os trabalhos da Comissão em nome de um compromisso que, se calhar, pode ser alterado sem grande prejuízo, porque para dar mau nome à Assembleia já cá está a Comissão de Economia a ter as mesmas audições que a Comissão Parlamentar de Inquérito e nem por isso foram alteradas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu teria muitas coisas para dizer, não as vou dizer todas, mas vou começar por esta: é com alguma estupefação, com alguma incredulidade que eu ouvi, hoje, pela primeira vez, desde que participo em comissões de inquérito, a justificação de que vamos ter três minutos na primeira ronda, porque não se vai dizer aos nossos convidados que não podem ser oito em vez de três.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mas eles não são convidados!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Convidados, é palavra minha, mas nem aos convidados há problema de fazer isto.

Eu presumo que as pessoas que vão depor nesta Comissão de Inquérito não vão ficar acometidas por uma doença súbita ao saberem que as pessoas que lhes vão fazer perguntas fazem perguntas durante cinco ou seis ou sete minutos em vez de três...!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas também é verdade que não me recordo de, nas várias comissões de inquérito ao longo dos anos nesta Casa, ter visto rondas de questionamentos de três minutos que depois, eventualmente, podem ser compensados por alguma tolerância numa ronda lá mais para o final...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Isto não é nada!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, nós não estamos a falar de um conjunto de informações complementares, estamos a falar de audições sobre temas centrais da Comissão de Inquérito, nós estamos perante uma matéria que poderia já hoje ser corrigida, não estou a dizer nem para amanhã nem para depois, repito, já hoje se poderia corrigir esta situação.

Já tive ocasião de dizer, e digo-o novamente, aqui, e não me vou pôr a fazer avaliações, ou interpretações, ou processos de intenção sobre estas circunstâncias, mas isto podia ter sido evitado.

Mais uma vez, estamos a entrar em folhetins e em incidentes perfeitamente dispensáveis, quando o objetivo aqui é apurar os factos, apurar a verdade, recolher as informações necessárias e é com muita estranheza e perplexidade e até indignação que nós vemos esta limitação à forma como as questões podem ser colocadas na Comissão de Inquérito.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ora bem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, queria só dar duas notas: a primeira é que tendo a concordar com a sua análise inicial de guardar estas grelhas para personalidades mais importantes, digamos assim, mas nós não o fizemos só com governantes e ex-governantes, também já o fizemos com outras pessoas, nomeadamente a CEO, a Alexandra Reis, o CFO (*Chief Financial Officer*), e, neste caso, penso que as pessoas que cá vêm também têm o mesmo grau de relevância, pois temos um CEO interino, temos um acionista e isso parece-me que tem o mesmo um grau de relevância.

Depois, queria também dar uma nota rápida: segundo o que estou aqui a ver, por exemplo, a Comissão de Economia, hoje, teve quase o dobro dos tempos que nós vamos ter aqui e, efetivamente, a Comissão de Inquérito parece-me ter um grau de importância superior ao da Comissão de Economia em relação à TAP.

E se eu olhar para as três rondas, por exemplo, o Deputado da Iniciativa Liberal, hoje, na Comissão de Economia, teve mais do dobro do tempo do que aquilo que eu vou ter aqui e, por isso, parece-me que poderíamos mudar a grelha de tempos para estas personalidades.

De resto, concordo consigo que poderemos usar a outra grelha até para a maioria dos casos, se calhar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, eu tenho alguma dificuldade com esta discussão, porque eu tenho defendido muito que as regras nos protegem, porque segue-se a regra e não há depois aqui

avaliações, porque essa é a parte difícil, se esta é com esta grelha, se é... Qual é o racional? Nós seguimos um racional, na verdade, que foi sendo consensualizado desde o início desta Comissão.

Houve um primeiro bloco de audições que todos consideramos prioritário, enfim, *core*, peço desculpa da expressão, no início e que ouvimos com grelha longa — seis audições — e, depois, ouvimos um conjunto de outras entidades com grelha mais curta — 22 audições.

Ou seja, em 28 audições fizemos seis com grelha longa e 22 com grelha curta. Temos, até, a curiosidade de ter ouvido o acionista de 99% da TAP...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Disse que só assinava, que não conhecia...!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sabemos hoje. Mas eu só vos estou a dar um exemplo. Nós ouvimos o Dr. Miguel Frasquilho com grelha curta,...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mal!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... ouvimos a Comissão de Vencimentos com grelha curta...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mal!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Pois, eu não sei se é mal ou se é bem, isso foi aquilo que foi sendo consensualizado...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Consensualizado?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, esta foi a prática que a Comissão foi adotando. Foi esse o pressuposto nessas audições.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não foi consensualizado!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Bom, então, se não foi consensualizado, Sr. Presidente, andamos à revelia e isso é um dado novo,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não é novo!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — ... porque foi sempre isso que aconteceu até hoje. E, aliás, as audições desta semana, que estão com grelha curta, seguiram o que foi a audição do Dr. Miguel Frasilho, que foi Presidente do Conselho de Administração, também num período muito importante e longo. Portanto, essa é que foi a regra.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Qual regra? Esta a inventar agora a regra?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Temos duas audições marcadas já esta semana, somos absolutamente solidários com a decisão do Sr. Presidente, portanto...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah...!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Deputado Paulo Moniz, cada partido legitimamente defende o que entende.

Nós não temos de estar sempre a qualificar o comportamento dos outros, porque isso não diz nada sobre os outros, diz mais sobre nós. Temos

de avançar um pouco nisso, portanto, na verdade, foi isso que aconteceu até agora.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não foi não!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, nós não podemos confundir boa vontade com consenso; houve boa vontade de ter grelhas reduzidas por causa dos sindicatos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Exatamente!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Nesta discussão começou-se por dizer que sempre que houver consenso, reduz-se a grelha, mas a regra é a grelha grande, vai-se avançando, as pessoas vão tendo boa vontade para os trabalhos irem andando e vai-se permitindo que as grelhas sejam reduzidas.

Eu acho que no caso de Miguel Frasquilho já nem foi discutido, foi só assumido que seria grelha reduzida...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... e deixou-se passar, ninguém quis levantar assunto sobre isso.

Todavia, parece-me que é manifestamente excessivo, quando chegamos a um acionista e a uma semana de audições importantes, estar a aplicar a mesma grelha, porque os Deputados que tiveram boa vontade na semana anterior não quiseram levantar o assunto.

Eu não me lembro, de alguma vez, ter dado consentimento a que fosse sempre a grelha reduzida até chegar aos ministros. Não me lembro sinceramente, mas lembro-me, é verdade, de ter tido boa vontade e de deixar andar à medida que audições menos importantes, que se revelaram com menos sumo — digamos assim —, fossem tendo grelhas reduzidas.

Não estou, de forma nenhuma, a acusar o Sr. Presidente de ter uma interpretação diferente, o que estou a dizer é que, tendo identificado este problema, corrijamos o problema e apliquemos uma grelha normal a audições que são importantes. É só isso, sem processos de intenções e acusações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, eu queria só dizer ao conjunto das Sr.^{as} Deputadas e dos Srs. Deputados, que não me parece uma questão menos relevante este facto de estarmos a ser, julgo eu, a primeira Comissão Parlamentar de Inquérito que estabelece, por decisão de maioria, uma grelha de tempos de três minutos para fazer perguntas na primeira ronda.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Lá está!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para isto que está a acontecer.

Eu já tinha manifestado, em nome do PCP, a nossa discordância relativamente a uma grelha de tempos que estabelecia tempos diferentes aos partidos na primeira ronda. Logo ao princípio, os Srs. Deputados recordam-se, alertámos para essa situação, referindo que era incorreto a Comissão de Inquérito estabelecer tempos diferentes consoante os partidos na primeira

ronda. Na primeira ronda, a gente está a trabalhar, a fazer perguntas e não devia haver essa divergência — esta foi a segunda Comissão de Inquérito em que isso aconteceu, fiquei a saber; eu ia dizer que era a primeira, mas foi a segunda. O precedente foi criado, já entrámos nessa maré.

Agora, estabelece-se como prática comum, ao contrário do que inicialmente tinha sido estabelecido, em que uma grelha mais curta era a exceção e não a regra, e agora os Srs. Deputados dizem que ela é a regra e não a exceção.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Os Srs. Deputados não!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu julgo convictamente que é a primeira vez que uma Comissão de Inquérito assume esta organização de trabalho. Sr.^{as} e Srs. Deputados, as maiorias passam, as instituições ficam. É mau para a Assembleia da República o que os senhores estão a decidir!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queria só dizer o seguinte: não estamos a falar de uma ronda de três minutos; estamos a falar de uma ronda de três minutos com pergunta/resposta,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Nós falamos todos português!

O Sr. **Presidente**: — ... se o entendermos, de uma ronda de mais dois minutos, e ainda de uma outra de mais dois minutos por cada um dos Srs. Deputados. Portanto, é disso que estamos a falar!

Sobre dizerem que não se lembram de o que é que foi... Eu queria dizer o seguinte: eu fui a todas as reuniões, quer da Comissão, quer de Mesa e Coordenadores e, portanto, quero dizer que aquilo que foi assumido... Aliás, não quero, de maneira nenhuma, tirar o foco sobre quem tomou a

decisão, que fui eu. Os serviços foi assim que assumiram, e não assumem de uma forma... Não houve uma orientação no sentido de dizer «não, é assim!»; não, foi de acordo com aquilo que foi deliberado. Nós começámos com uma grelha A e, passadas essas seis audições, houve um consenso entre todos, foi esse o consenso que eu interpretei,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Está à vista...!

O Sr. **Presidente**: — ... no sentido de dizer que a grelha A seria utilizada para Membros do Governo e ex-Membros do Governo...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, não, nada disso!

O Sr. **Presidente**: — ... e a outra grelha é aquela que é sempre utilizada.

E foi assim com a PARPÚBLICA, foi assim com a DGTF, foi assim com o *ex-chairman* da TAP, que ainda na semana passada cá esteve.

Portanto, é isto que me cumpre a mim dizer, porque é isso que foi interpretado. E mais: se houvesse alguma necessidade de alterar esse princípio, eu penso que não seria apenas hoje, já teria sido, nomeadamente quando vos chegaram as convocatórias.

O Sr. Deputado Paulo Moniz diz que fez essa menção, é verdade, e o tema foi abordado na reunião seguinte de Mesa e Coordenadores, que foi hoje, mas as convocatórias já tinham seguido.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Calma! Isso já não é sério!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, falando de seriedade, eu acho que o Sr. Deputado tem qualquer coisa ainda a aprender para poder falar assim comigo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ó Sr. Presidente, agora já está a ir para campos complicados...

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado, com certeza, terá qualquer coisa a aprender...

Eu não estou a dizer que o Sr. Deputado não é; eu estou-lhe a dizer apenas isto, Sr. Deputado: o Sr. Deputado terá de aprender qualquer coisa... Eu não estou a qualificá-lo, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado fez. Bem, é só dizer-lhe isto.

Sobre essa questão, aquilo que eu gostava de vos dizer é o seguinte: as convocatórias que foram feitas, foram feitas desta forma e o Presidente da Comissão assume-as desta forma e não vai alterá-las, sob pena de pôr em causa aquilo que decidido, a não ser que haja uma deliberação noutra sentido, isto é, que se deve fazer de outra forma. É assim que eu vejo que devemos atuar.

Até posso, num momento, dizer que cometi um erro, os senhores até podiam dizer que o Presidente cometeu um erro. Eu, se entendesse que tinha cometido um erro, queria dizer-vos que, não só pela forma como sempre estive na vida, quer na vida pública, quer na vida política, quer em tudo, eu seria o primeiro a dizer, a reconhecer esse erro e a assumir um pedido de desculpas.

Não entendo que assim seja e acho que o que se está aqui a fazer é, precisamente, a tentar criar-se um incidente sobre uma situação que, para mim, é perfeitamente clara: foi tomada uma decisão neste sentido entre todos — Coordenadores e Mesa —, e só hoje é que esta questão surgiu, não surgiu

num outro momento, não surgiu com a DGTF, não surgiu com a PARPÚBLICA, foi agora que ela surgiu.

Portanto, com a consideração de todos e, como tenho trabalhado ao longo destes tempos, digo com toda a franqueza e com toda a seriedade que eu consiga ter: a convocatória que foi feita, foi neste quadro e é um quadro do qual eu não me quero afastar, porque entendo que a fiz de acordo com o mandato que eu recolhi de cada um dos Srs. Deputados, da Mesa e dos Srs. Coordenadores.

Se entenderem, por qualquer razão, alterar o procedimento ou fazerem outra coisa qualquer, com certeza que sim, mas, nesta questão, eu queria dizer que, quer eu, quer os serviços, com quem temos trabalhado todos os dias nestas convocatórias, foi assim que cumprimos.

Mas acho que devíamos terminar este tema rapidamente para começarmos a audição.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, quando falava em seriedade, referia-me ao facto de o Sr. Presidente não ter atentado ao que eu li, *ipsis verbis*, da sua resposta, no dia 3 de maio, e que contradiz aquilo que acabou de dizer. Vamos lá ver se a gente se entende!

Sr. Presidente, há aqui um problema que já hoje de manhã, na reunião de Mesa e Coordenadores, foi patente, mas que eu gostaria de lembrar, porque, admito, os acontecimentos e a sua cadência possam turvar a sua capacidade de avaliar: o Sr. Presidente está sozinho nessa sua decisão em termos de Mesa. Sendo a Mesa um órgão colegial, não sei se tem a perceção, mas já de manhã era uma perceção evidente, que V. Ex.^a se encontra sozinho no seu órgão colegial.

Portanto, os seus entendimentos — e que pode achar que assim está bem, pode sentir-se confortável... Mas eu diria que este era o primeiro sinal, que talvez fosse sua leitura avisada, de que porventura não estaria a ir por um caminho, digamos, equilibrado, como é desejável, mas essa é uma avaliação que é sua.

O que eu queria, e acho que isto é importante, uma vez que parece que está, digamos, irreduzível na possibilidade de, pelo menos, as próximas audições, de amanhã e depois, como já aqui foi referido, serem já com a grelha alargada, era sugerir que o Sr. Presidente, naturalmente, ponderasse e pusesse esta matéria à votação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, Sr. Vice-Presidente.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tentei evitar, até à última, usar da palavra. Estou numa posição de especial responsabilidade, não tenho mais direitos, mas, sim, mais deveres.

Pertenço à Mesa, tenho uma relação pessoal e de lealdade com o Presidente da Mesa e também de participação nesta Comissão.

Sr. Presidente, eu já fui Presidente de uma Comissão de Inquérito, sei como é difícil, como é responsabilizante, como é intenso, como é complexo gerir tensões e discussões desta natureza e, portanto, essa experiência trago-a comigo. Tem, pois, a minha solidariedade para a dificuldade que é essa função.

Contudo, Sr. Presidente, permita-me colocar-lhe uma pergunta muito clara: o Presidente da Comissão de Inquérito faz parte da solução ou faz parte

do problema? V. Ex.^a está a fazer parte da solução ou está a fazer parte do problema?

O que temos aqui, parece que foi patente, aceitando eu que toda a gente está de boa-fé, que os grupos parlamentares que não têm o seu entendimento. Primeiro, uma Comissão de Inquérito tem uma grelha, a grelha é excecional porque não é normal, e, de repente, transformamos excecional em normal. Aliás, para ser assim, mais vale levá-los outra vez à Comissão de Economia... Existem Comissões de Inquérito porque o trabalho em Comissão não é sucessivamente apurado para conseguir descobrir aquilo que se consegue com os poderes que tem uma Comissão de Inquérito.

Esta grelha de que estamos aqui a falar, foi uma grelha que começou a ser discutida, tanto quanto recorde, por causa dos sindicatos, que eram muitos, e foi assim que começou.

O Sr. Paulo Moniz (PSD): — Exatamente!

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Depois criou-se uma atrás de outra audição... Eu não recorde, mas não sou eu que não recorde, o PCP não recorde, o Bloco não recorde, ninguém recorde ter fixado uma regra em que, a partir de agora, é assim e não é de outra maneira.

Mas, mais do que recordar ou não recordar, na semana passada, precisamente por não haver uma clarificação desse facto, o PSD, pela voz do Deputado Paulo Moniz, disse: «atenção, para a semana as audições são importantes, deve ser uma grelha alargada.»

Ó Sr. Presidente, quando a questão de o Sr. Comendador ser ouvido usando uma grelha de três ou de oito minutos é porque, como disse o Sr. Presidente: «eu escrevi e não tenho alma para lhe dizer que não é assim...». Ó Sr. Presidente, hoje de manhã, eu ofereci-me para ser eu a dizer-lhe: «Olhe, Sr. Comendador, vai ficar mais tempo.»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E, entretanto, está ali à espera!

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Porque quando alguém é chamado a um tribunal, ninguém lhe diz que fala meia hora, fala o tempo que tiver de falar. Portanto, Sr. Presidente, na tentativa de ultrapassar a questão, chamo a atenção de V. Ex.^a para duas coisas.

Primeira, conforme perceberá, embora seja seu entendimento que foi fixada a regra, já percebeu, pela reação dos grupos parlamentares, que não foi assim que entenderam. Não foi assim que entenderam! É branco e preto, é este e aquele... Não foi assim que entenderam!

Segunda, o Sr. Presidente foi alertado, em tempo útil, de que queríamos fazer uma grelha normal. Chegar ao dia e dizer: «não é assim, porque eu disse que não era», quando há uma semana foi alertado...! Isto podia ter sido corrigido a tempo.

Portanto, peço-lhe, Sr. Presidente, que, voltando a ser parte da solução, possa corrigir isto. No limite, mantendo hoje esta grelha e corrigir a de amanhã e a de depois de amanhã, em função do que foi aqui discutido, porque quem está em causa, sabe que foi aqui discutido.

Certamente, Sr. Presidente, não lhe cairão os parentes na lama por ter de fazer esta correção, que vem, aliás, de um pedido feito na Comissão. Portanto, cá continuaremos a tentar ajudar todos a serem parte da solução e não parte do problema.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, muito rapidamente, permita-me que lamente tudo isto, estamos aqui há mais de 1 hora, enquanto o inquirido está à espera para entrar.

Acho que se existem reuniões de Mesa e Coordenadores, não é para chover no molhado; é para tratar disto mesmo e impedir que as pessoas fiquem à espera mais de 1 hora para serem ouvidos. Isto não prestigia nem dignifica esta Comissão!

Só para lhe dizer o seguinte — e porque fui citado, e eu gosto de me citar e não de ser citado —, quando disseram que o Sr. Presidente estava isolado na Mesa: eu não me demito do meu papel de membro da Mesa e neste ponto em concreto, disse o que tinha a dizer de manhã, e não me vou repetir.

Eu disse que não concordava com o Sr. Presidente foi na ordem de chamada das personalidades para serem ouvidas, porque o Sr. Presidente fez os convites por sua própria iniciativa, sem consultar a Mesa, portanto, são coisas distintas e foi aí que eu me demarquei da posição assumida.

Quanto a tudo o resto, já falei de manhã, não me vou repetir, nem vou tomar mais tempo à audição, que já devia ter começado.

O Sr. **Presidente**: — Como creio que mais nenhum Deputado pretende usar da palavra, proponha que se fizéssemos uma reunião de Mesa e Coordenadores, para vermos esta questão, depois da nossa audição de hoje.

De qualquer forma, até porque o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira falou precisamente em não ser parte do problema ou parte da solução, queria partilhar com todos que já tinha aberto esta possibilidade, quando solicitei a abertura da investigação sumária que avaliasse o cumprimento das regras legais da confidencialidade e reserva de documentos classificados.

A confiança é um elemento essencial na condução do interesse público. A Comissão de Inquérito tem de ter condições para desempenhar as

suas tarefas de forma rigorosa, indo ao fundo das questões, e ser rápida. Tem de gerar confiança e não passar o tempo a discutir procedimentos, grelhas ou forma de acesso a documentos, e tudo isso já fizemos.

Compete-lhe ser eficaz no apuramento da verdade, e o que estamos a tratar é muito relevante, pois trata-se de uma empresa pública de todos nós contribuintes, a qual temos a obrigação de valorizar e melhorar.

O papel do Presidente da Comissão de Inquérito tem de lhe permitir gerar confiança, o que eu sinto é que, com exceção dos Srs. Deputados que tiveram a amabilidade de partilhar a confiança comigo, não tive nos outros os consensos necessários para o bom trabalho dos Deputados e da Comissão.

A forma como fui questionado, de uma forma até deselegante, o meu papel no cumprimento do mandato da Comissão leva-me a questionar se continuo a ter as melhores condições para o fazer e entendo que essa reflexão é uma reflexão que urge fazer.

Afinal, a ordem do dia de hoje, e dos dias desta semana, foi distribuída no dia 4 de maio. Haveria, seguramente, tempo para chamar a atenção, para requerer, há tantos requerimentos, porque é que não há um requerimento sobre isto? Porque é que não há uma questão fundamental de dizer o que é que se passa? Mas não foi. Não foi desta nem nenhuma das outras vezes.

Em cerca de 25 audições, a grelha de tempos distribuída, e hoje contestada, foi sempre usada, com exceção das seis primeiras audições, a grelha A, e já vamos com cerca de 20 com grelha B, entre eles o *ex-chairman* da TAP, a DGTF ou a PARPÚBLICA.

Em todas estas audições, o tempo disponível para os Srs. Deputados, ou não foi usado na totalidade, e estamos a falar de grelhas B, ou até se prescindiu de rondas de perguntas, o que prova que não foi por falta de tempo que alguma pergunta ficou por fazer. Aliás, chamo a atenção, que, em muitas situações, os Srs. Deputados, quando necessitaram de pedir algum

esclarecimento que não tivesse sido dado, houve sempre a concordância de toda a Comissão para que isso fosse feito.

Não me parece que seja já depois de convocados os depoentes, e informados da grelha, que lhes seja comunicada a alteração de regras. Essa é uma missão que não nos dignifica como Assembleia da República.

Fico-lhes muito grato pela atenção dispensada e pedia, agora, ao Sr. Vice-Presidente Paulo Rios de Oliveira, para me substituir na condução dos trabalhos.

Desejo a todos um bom trabalho, uma vez que hoje já não estarei aqui, estarei na reunião de Mesa e Coordenadores a seguir à audição.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, eu preciso saber, V. Ex.^a ausenta-se a que título?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Vice-Presidente, estou a pedir-lhe para me substituir provisoriamente.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ah, é só para o substituir provisoriamente.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Como todos compreenderão, o que está aqui a acontecer é demasiado importante para permitir ligeireza ou irresponsabilidade. Portanto, perceberão todos, certamente, que vou precisar da vossa ajuda para conduzir

da melhor forma os trabalhos nesta situação que é, para mim, completamente inesperada, embora não nova.

Assim sendo, Srs. Deputados, a audiência, a não ser que haja oposição de algum grupo parlamentar, será feita nos termos normais que são feitos uma Comissão de Inquérito e disso mesmo será alertado o Sr. Comendador, que vai ser ouvido de seguida.

Caso algum grupo parlamentar manifeste oposição, colocarei à votação e respeitarei essa votação; caso nenhum grupo parlamentar queira ver votada esta decisão do Presidente da Mesa, a audiência será feita nos termos regimentais normais.

Assim sendo, algum grupo parlamentar quer usar da palavra?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas não percebi a sua proposta.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Deputado, aquilo que estou a informar os Srs. Deputados, é do seguinte: entendo que esta audiência deve ser realizada nos termos normais, as reuniões excecionais respondem a acordos excecionais.

Estivemos aqui 1 hora a discutir o que é que cada grupo parlamentar entendia como normal e excecional. A grelha normal de uma Comissão de Inquérito é a grelha que nós seguimos sempre; a excecional foi aquela que nós criamos quando foi da vinda dos sindicatos, e depois foi alargada a um conjunto de entidades.

Aquilo que eu, como Presidente, que tenho de conduzir uma audição hoje, pretendo fazer é uma audição normal. As audições normais são feitas nos termos normais, e assim farei, a não ser que haja algum grupo parlamentar queira recorrer desta minha decisão, sendo que a decisão final dos Srs. Deputados será totalmente respeitada e a audição decorrerá nesses exatos termos.

Assim sendo, pergunto se algum grupo parlamentar pretende recorrer da decisão do Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, já imaginei muitas coisas na minha vida, mas, de facto, numa posição destas, nunca esperei estar.

O Sr. Presidente ausentou-se, mas acho que procurou encontrar uma solução que fosse ao encontro de todos, dizendo que a seguir a esta reunião, faremos uma reunião de Mesa e Coordenadores, mantendo nesta audição, que já está marcada e preparada, o pressuposto da própria convocatória.

Portanto, o que nós estamos a respeitar é a convocatória desta audição. Isso que fique claro!

Se o Sr. Presidente encontrou uma solução para que, no fim, mais uma vez, por consenso e conversando, se possa encontrar uma solução, Sr. Presidente, acho que é uma posição sua, naturalmente, está a presidir os trabalhos, mas que merece toda a reprovação depois da discussão que nós fizemos.

Portanto, entendendo que o Sr. Presidente vai manter essa proposta, o Partido Socialista votará, naturalmente, contra que a convocatória desta audição, nos termos em que foi enviada para todos os Srs. Deputados, seja alterada, sem prejuízo da reunião de Mesa e Coordenadores que teremos a seguir.

Isso é, para nós, importante, porque as regras que nós fomos seguindo foram sempre aquelas que estiveram definidas, e é isso que vamos manter.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Deputados, aquilo que eu vou dizer é bastante genuíno e é no sentido de tentar ajudar a recentrar um bocadinho aquele que é o nosso papel nesta Comissão.

Vamos lá ver: numa comissão normal é hábito comunicar-se às pessoas que vêm ao Parlamento, na qualidade de convidados — pelo menos será mais próximo da figura de convidados —, a respetiva grelha de tempos de intervenção.

Ora, aquilo que estamos aqui a fazer é notificar as pessoas que vão ser inquiridas, que, em rigor, nem têm de conhecer grelha nenhuma, porque a grelha é uma questão interna, de organização nossa, para podermos gerir o nosso tempo da forma como acharmos melhor, com a quantidade maior ou menor de perguntas que podemos fazer.

Portanto, não sei exatamente como é que esta reunião irá terminar no que diz respeito à grelha — tendo em conta a posição do Partido Socialista ainda agora expressa —, mas acho que era muito importante que se refletisse que notificações é que andamos a enviar, porque não temos de comunicar grelha nenhuma às pessoas que são notificadas para serem inquiridas. Isso é só para a nossa organização interna.

Deixo aqui este contributo, que talvez possa levar também à reunião de Mesa e Coordenadores, porque senão vamos andar sempre com isto. A Comissão não se pode autolimitar externamente naquilo que quer fazer. Ela autolimita-se no seu trabalho interno, não é para fora.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, isto está a alongar-se demais.

Sugiro ao Sr. Presidente duas coisas: que se agradeça ao Sr. Comendador e se lhe peça que volte amanhã, porque está ali há uma hora e meia a criar raízes; ou, então, vamos ser práticos, o Sr. Presidente já pôs isto em cima da mesa, e se é preciso ir à votação, vai-se à votação e vota-se. O rolo compressor ganha! Acabou e começa a audição.

Sr. Presidente, estamos aqui há hora e meia... É tempo de mais em conversas que não levam a lado nenhum.

É a minha sugestão.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, se uma obrigação tenho é a de contribuir para o prestígio e dignidade deste órgão, e é isso que continuarei a fazer todos os dias em que tiver este mandato.

Assim sendo, face à decisão da Presidência quanto à audição de hoje, cuja convocatória acabei de ler — e a convocatória é para ouvir o Sr. Comendador, não é outra —, aquilo que pretendo fazer é uma audição nos termos normais.

Se algum grupo parlamentar se opõe, eu coloco esta decisão à votação, vamos ser pragmáticos e deixar funcionar a democracia, Srs. Deputados, mais musculada, menos musculada, não interessa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Estou absolutamente de acordo, Sr. Presidente, vamos para votação com duas questões que peço que corrija.

A questão não é «em termos normais». Normais são todas as audições — a linguagem para mim é muito importante — tal como foi a da PARPÚBLICA com uma grelha de três minutos, tal como foi a da DGTF, tal como foi a da Comissão de Vencimentos. Normais são todas as audições e todas as reuniões.

O que o Sr. Presidente está a propor, legitimamente, ao contrário do que defendeu noutra posição, é diferente, de facto — foi o que o senhor disse —, é que nesta audição possamos manter a grelha que tínhamos e, depois, veríamos como proceder nas próximas. Percebo que é diferente a posição e não estou, com isso, a querer dizer nada.

Então, o que está em votação é fazer-se esta audição com a grelha A, a grelha mais longa que utilizámos nas seis audições iniciais. É isto que está em votação, certo?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Certo.

Sr. Deputado, vou colocar à votação se vamos usar a grelha A ou a grelha B, ou seja, está à votação, a impugnação da decisão do Presidente.

Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo-se registado votos contra dos Deputados do PS Ana Bernardo, Bruno Aragão, Cristina Sousa, Hugo Carvalho, Maria de Fátima Fonseca, Miguel Matos, Rita Borges Madeira e Vera Braz e votos a favor dos Deputados do PSD Hugo Carneiro, Hugo Patrício Oliveira, Paulo Moniz e Paulo Rios de Oliveira, do Deputado do CH Filipe Melo, do Deputado da IL Bernardo Blanco, do Deputado do PCP Bruno Dias e da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Srs. Deputados, dada a situação de empate, o Presidente em exercício tem voto de qualidade. Eu voto a favor, pelo que está aprovada a utilização da grelha A para a condução desta audição.

Vamos interromper os nossos trabalhos por dois minutos, para ir buscar o Sr. Comendador Humberto Pedrosa.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados, estamos então em condições de retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 35 minutos.

Temos connosco, para ser ouvido, o Sr. Comendador Humberto Pedrosa, a quem cumprimento e cuja presença agradeço.

Aproveito também para, mais formalmente, apresentar desculpas pela demora no início desta audição. Conforme disse a V. Ex.^a, esta reunião começou à hora, contudo, houve um conjunto de questões prévias a esclarecer que nos trouxe até aqui.

De todo o modo, bem-vindo, Sr. Comendador.

Também conforme tive oportunidade de esclarecer — formalizando aqui —, esta audição decorrerá num registo de três rondas, sendo a primeira ronda de pergunta/resposta, bem como a segunda, com um tempo de intervenção mais curto, e uma terceira, de dois minutos, para qualquer Deputado que se queira inscrever.

Não sei se V. Ex.^a tem alguma intervenção inicial que queira fazer. Tem essa prerrogativa.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa** (ex-acionista da TAP/ex-administrador da TAP): — Tenho sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Então, faça favor de usar da palavra.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Muito obrigado.

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, Ex.^{mas} Sr.^{as} Deputadas e Ex.^{mos} Srs. Deputados: Como é do conhecimento de todos, à data do processo de reprivatização relançado em 2014, o Grupo TAP apresentava uma situação económico-financeira degradada, acumulando resultados líquidos e capital próprio negativos. O Grupo TAP não conseguia gerar receitas suficientes para fazer face aos custos incorridos e o seu acionista único, o Estado português, encontrava-se impedido de injetar novos fundos na TAP.

As avaliações efetuadas por duas empresas, como a Lei-Quadro das Privatizações obriga, avaliaram a TAP entre 129 e 512 milhões de euros negativos.

O processo de reprivatização constituía uma oportunidade única de participar no relançamento de uma empresa estratégica para a economia portuguesa, que o Grupo Barraqueiro, desde logo, abraçou, tendo vindo a aceitar o convite que lhe foi endereçado para integrar o agrupamento Gateway.

Este agrupamento juntava a solidez de um grupo português fortemente enraizado no setor dos transportes e da mobilidade de passageiros e de mercadorias e profundo conhecedor da cultura e identidade portuguesas, com o conhecido e reputado empresário do setor da aviação David Neeleman, responsável pelo desenvolvimento de várias transportadoras aéreas de sucesso.

Foi, pois, com forte empenho, motivação e entusiasmo que participámos no processo de reprivatização do Grupo TAP, que viríamos a vencer e, subseqüentemente, já como acionistas privados, no processo de

relançamento do Grupo TAP, através da implementação do plano de compromissos estratégicos aprovados pelo Governo português, não obstante as avaliações negativas. E, por acreditar no futuro da TAP, a Atlantic Gateway aceitou pagar 10 milhões de euros pelos 61 % que adquiriu na TAP SGPS, tendo incluído na sua proposta a possibilidade de adquirir o remanescente do capital.

Chegados à TAP, encontramos a companhia sem saldo de caixa, com pagamentos em atraso e em risco de não poder pagar salários nesse mês. Da nossa parte, o Grupo Barraqueiro utilizou não apenas fundos próprios, para pagamento do preço e cumprimento da parte que lhe competia das obrigações de capitalização, como facilitou uma linha de crédito — com garantia pessoal minha — e cedeu à TAP uma linha de crédito aberta pela banca para o Grupo Barraqueiro.

Empenho, motivação e entusiasmo, esses que mantivemos quando a Atlantic Gateway foi chamada a negociar com o Governo português a reorganização acionista do Grupo TAP, da qual resultou a reaquisição, pela PARPÚBLICA, de parte da participação acionista e inerentes direitos políticos, tornando-se a PARPÚBLICA a maior acionista.

Competindo aos acionistas privados a responsabilidade pela capitalização do Grupo TAP e pelo cumprimento dos compromissos estratégicos então delineados, manteve-se, naturalmente, na esfera dos privados, a responsabilidade pela gestão do Grupo TAP.

Congratulo-me com os resultados alcançados pelo Grupo TAP até ao eclodir da pandemia. Tais resultados são, principalmente, responsabilidade da equipa de gestão e dos trabalhadores do Grupo TAP, que também contaram com o precioso contributo de todos aqueles que, em diferentes momentos, integraram os órgãos de gestão e fiscalização do Grupo TAP.

O caminho não foi isento de obstáculos, mas foi possível assegurar a transição para uma nova equipa de gestão e para um novo plano estratégico,

com respeito pela continuidade e em paz social, o que permitiu alcançar, em 2017, os melhores resultados de sempre da TAP — 100 milhões de euros — e, no final de 2019, confirmar como cumprida a quase totalidade dos compromissos estratégicos assumidos pelos acionistas privados.

Durante a gestão privada, e num curto espaço de tempo, o Grupo TAP conseguiu resultados, desde logo, assinaláveis, dos quais destacaria, no final de 2019, por comparação com 2015, os seguintes: um acréscimo de 60 % do número de passageiros transportados, correspondendo a 17,2 milhões, em 2019, contra 10,6 milhões, em 2015; um aumento de 18 % do número de trabalhadores, com a contratação de cerca de mais 1500 trabalhadores, passando de 8500, em 2015, para 10 000, em 2019; o índice de satisfação dos clientes subiu de 22 % para 41 %; mais 31 aeronaves; 94 destinos, que compara com 81; cerca de mais 27 000 voos; um acréscimo significativo nos voos e destinos para a América do Norte; o volume de negócios cresceu aproximadamente 36 %, com um aumento de cerca de 870 milhões de euros, dos 2,4 mil milhões, em 2015, para os 3,3 mil milhões, em 2019; o EDITDAR (*earnings before interest, taxes, depreciation, amortization, and restructuring*) quadruplicou, passando de 113 milhões de euros para 465 milhões de euros; os impostos e contribuições sociais pagos pelo Grupo TAP, aumentaram cerca de 28 %; o rácio de dívida reduziu para metade, passando de 11 para 5 vezes; ocorreu o acesso do Grupo TAP aos mercados obrigacionistas internacionais, tendo sido possível realizar emissões obrigacionistas no valor de 575 milhões de euros, sobrescritas por bancos internacionais e sem a garantia do Estado; a redução de cerca de 400 milhões de euros de exposição à banca nacional e consequente redução da exposição do Estado à dívida da TAP pré-privatização.

Não tendo conseguido alcançar resultados positivos no final de 2019, o Grupo TAP encontrava-se solidamente no caminho da recuperação e do crescimento, o que foi confirmado com os dados do início do ano de 2020 e

pelo interesse de que foi objeto, para uma eventual aquisição de uma participação minoritária na TAP, que a avaliava entre 800 e 1000 milhões de euros. Tudo isto, não obstante não termos conseguido, em 2018 e 2019, alcançar resultados positivos, à semelhança do que já tinha acontecido em 2017.

Este caminho foi abruptamente interrompido pela pandemia. O impacto da pandemia no setor da aviação, incluindo no Grupo TAP, é amplamente conhecido.

Diferentes governos europeus foram chamados a apoiar companhias aéreas, dentro do quadro normativo europeu de emergência, então aprovado. Isto foi inevitável, perante as devastadoras consequências da pandemia no setor e na economia em geral, e perante os elevados níveis de incerteza que inviabilizavam o investimento privado, também ele fortemente penalizado.

As principais companhias aéreas europeias receberam, então, exclusivamente fundos públicos, tendo a TAP sido a última das companhias a receber auxílio estatal, o que só foi possível pela sua excelente posição de tesouraria, a qual, em fevereiro de 2020, ou seja, imediatamente antes da pandemia, apresentava disponibilidades de cerca de 400 milhões de euros em caixa.

A opção política do Governo português foi a de disponibilizar auxílio à TAP, em termos que lhe permitissem adquirir novamente o controlo do Grupo TAP. Desafiados a permanecer e crentes de que a vontade seria a de que o Grupo Barraqueiro fosse um seu parceiro estratégico, que continuasse a contribuir para a reestruturação do Grupo TAP, que então se reiniciava, aceitámos manter a nossa participação, ajudando a viabilizar a opção do Governo português.

Infelizmente, mais tarde, veio a tornar-se evidente que o plano de reestruturação desenhado e posteriormente aprovado não previa nem permitiria a manutenção da nossa participação. Nessa altura, transferimos a

nossa participação para o Estado português, contribuindo, dessa forma, para a rápida viabilização das operações a implementar no âmbito do plano de reestruturação.

Como empresário, o fim da participação do Grupo Barraqueiro no Grupo TAP não foi, naturalmente, o que eu gostaria. Não obstante, aprez-me registar o muito que foi alcançado durante os anos da nossa participação no Grupo TAP, e que apenas circunstâncias inesperadas e absolutamente anómalas interromperam.

Gostaria de terminar com uma palavra de apreço por todos os trabalhadores do Grupo TAP. Abraçaram de forma exemplar os desafios que lhes foram lançados, aquando do novo plano estratégico, após a reprivatização e, posteriormente, em circunstâncias particularmente difíceis, num momento essencial para a sobrevivência do Grupo TAP. Souberam, com o seu esforço, contribuir para a aprovação do seu plano de reestruturação.

Fico, agora, à disposição das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados para responder às questões que pretenderem colocar.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Comendador.

Segundo me informam os serviços, esta audição é iniciada pela Iniciativa Liberal e será, Sr. Comendador, no modelo de pergunta/resposta.

Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento o Sr. Dr. Humberto Pedrosa.

Gostava de começar pelo processo de privatização, em 2015, perguntando se estava a par do processo e da natureza dos fundos Airbus, que, depois, foram utilizados para capitalizar a TAP, e se, na altura, viram algum problema jurídico naquele processo?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Para responder, dou a palavra ao Sr. Dr. Humberto Pedrosa.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, não conhecia, uma vez que a negociação com a Airbus foi feita pelo Sr. David Neeleman. Quando entrei para o consórcio, já a negociação estava feita, mas não me parece que tenha havido alguma irregularidade. Aliás, foram feitas algumas análises sobre o negócio, em si, e reconheço que estaria tudo normal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A questão é exatamente essa. Os parceiros da altura, penso que é isso a que se está a referir,...

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Exato.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — ... dizem que estava tudo bem, abaixo do valor de mercado. No entanto, também há um estudo mais recente — não lhe vou chamar parceiro —, que aponta algumas irregularidades, ou, até, uma potencial situação de assistência financeira, que é ilegal, bem como diz que os aviões estavam acima dos valores de mercado.

É exatamente por isso que lhe estava a perguntar se sabia, na altura, e se tinha tido conhecimento ou noção de alguma ilegalidade. Se quiser, depois, acrescentar alguma coisa em relação a isso, agradeço.

Também queria dizer que, hoje, o Sr. Dr. Lacerda Machado também esteve aqui, na Comissão de Economia, a responder sobre este negócio, e disse que achava que os contribuintes tinham sido os maiores beneficiários com a compra dos 53 aviões, dizendo que o Estado recuperou o controlo de

uma companhia que, antes, tinha sido vendida por 10 milhões e que, agora, com estes aviões, poderia valer cerca de 1000 milhões.

Gostava de lhe perguntar se concorda com essa afirmação em relação aos resultados do negócio?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na realidade, tivemos uma avaliação da TAP, em 2019, que apontava para um valor entre 800 a 1000 milhões de euros.

Sobre a situação do negócio da Airbus, como já disse, eu não conhecia. Aliás, nessa altura, eu nem sabia quanto é que valia um avião, mas isto foi validado por três entidades — Ascend, Avitas e CV —, reconhecidas no mercado, e com o parceiro Vieira de Almeida a validar a operação. Aliás, para mim, também é muito simples pensar que se, na realidade, os aviões estivessem acima do valor do mercado, seguramente que os *lessors* não fariam o financiamento, ou não ficavam com os aviões.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Passando à segunda reconfiguração da estrutura — que foi a recompra, em 2017 —, o Sr. Doutor, no início, estava reticente, pelo menos publicamente, deu indicação disso, penso eu. Até disse que: «inicialmente, o nosso projeto e o do Governo não casavam, mas a boa vontade de ambas as partes e o diálogo permitiram que terminassem em casamento».

Gostaria de saber o que é que mudou, que condições é que o Governo alterou para que, depois, pudessem aceitar este negócio, onde, efetivamente, perderam a maioria?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Aquilo foi mais um desabafo do que uma declaração.

Quer dizer, não mudou nada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não tendo mudado nada, gostava de perguntar se considera que foi ou não um bom negócio para os contribuintes e para o Estado português. Isto porque o Estado perdeu direitos económicos, passou a ter apenas 5 %, assumiu maiores responsabilidades na capitalização e também no financiamento da empresa, o empréstimo obrigacionista que era de 120 milhões da Azul, passou de 90 milhões da Azul, mais 30 milhões, por isso mais responsabilidades para o Estado e mais 30 milhões em caixa na Azul, e o famoso prazo dos 30 anos, das prestações acessórias, deixou de estar lá.

Por isso, gostaria de lhe perguntar como é que classifica esse processo de recompra, chamemos-lhe assim, para o interesse público. Em relação a esta parte do prazo dos 30 anos, é daí que vem, depois, a consequência de ter de pagar ao Sr. David Neeleman para sair da TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Ora bem, o negócio da Airbus ou o valor dos 226 milhões de euros que a Airbus disponibilizou para capitalizar a TAP ficaram na TAP e nada têm a ver com a saída do Sr. Neeleman.

Na realidade, estava previsto que estas prestações acessórias só estariam disponíveis depois de 30 anos. Não sei bem o que é que mudou, na realidade, mas esse dinheiro ficou na TAP, ninguém tirou o dinheiro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O que mudou foi exatamente isso, deixou de ser obrigatório ficar lá por 30 anos.

Por isso, aquilo que, na prática, seria uma capitalização, pelo menos, a 30 anos, deixou de ser, porque o privado passou a ter direito de, em certas condições — e uma delas seria uma alteração, como depois veio a acontecer, porque houve a nacionalização —, poder retirar lá esse dinheiro.

Podendo retirar esse dinheiro de lá, aquilo que se percebe, do que aconteceu, em 2020, é que ou se ia para uma disputa em tribunal sobre esses 200 e tal milhões ou se aceitava ali algum acordo e aceitaram-se — do que percebo — os 55 milhões.

Sr. Doutor, não me leve a mal, mas também me parece um bocadinho estranho que não tenha noção disto, porque isto foi um processo de alteração acionista em que perderam a maioria, e não me parece uma coisa menor — aliás, uma das coisas mais citadas da auditoria do Tribunal de Contas é essa operação, como uma das coisas mais negativas para o Estado português na altura.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não me parece que fosse negativa, na realidade, o grande problema da TAP foi a pandemia.

Se a pandemia fosse por um prazo mais curto, se se ultrapassasse a pandemia, quer dizer, o Estado estaria a fazer um bom negócio, porque quando vendeu a companhia, vendeu uma companhia praticamente falida e ia retomar a companhia numa situação equilibrada.

Em 2017, a TAP deu 100 milhões de resultado líquido positivo.

O Sr. **Bernardo Blanco (IL)**: — Estávamos nos 200 e poucos milhões, mas o que o fim desta cláusula faz exatamente é que o privado, em vez de o deixar lá 30 anos, o possa recolher quando quiser, e foi exatamente isso que aconteceu depois. Claro que ninguém adivinhava que vinha aí uma pandemia, mas não era só no caso de nacionalização, havia lá várias condições.

Relativamente a 2020, gostaria de lhe perguntar se, a seu ver, a nacionalização foi a melhor hipótese ou não, sabendo até que na esmagadora maioria dos casos, olhando-se para os outros Estados-Membros, isso não

aconteceu, na medida em que houve auxílios de Estado a privados, mas não houve nacionalizações.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, foi uma opção do Estado português. Na realidade, nas outras companhias a ajuda foi através de empréstimo, empréstimo esse que as companhias estão a devolver aos Estados.

A opção do Estado, na altura, do Governo foi capitalizar a TAP, foi, no fundo, os fundos irem para capital.

Sr. Deputado, mas ainda sobre os 226 milhões, eles ficaram na TAP e ainda lá estão hoje.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em relação à nacionalização, em março de 2020, a Comissão Executiva da TAP enviou uma carta à ANAC (Autoridade Nacional de Aviação Civil), ao Governo, ao Conselho de Administração da TAP, a pedir um empréstimo do Estado e a prestação de garantias pelo Estado a favor de terceiros em dois financiamentos junto de instituições privadas que a TAP dizia já ter. Sabe se alguma vez o Governo respondeu a esta carta, a esta hipótese?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não me recordo que tenha sido respondido, mas não foi necessário.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, que cenários é que foram apresentados aos acionistas privados?

Na prática, já tivemos até governantes a dizer publicamente que os privados não estavam disponíveis para colocar dinheiro. No início houve um pedido de empréstimo, depois, obviamente, ficando a TAP ao abrigo do mecanismo de resgate e reestruturação, a mim, parece-me óbvio que nenhum

acionista privado, no seu perfeito juízo, iria lá colocar dinheiro tendo em conta essa situação.

Na realidade, qual foi a alternativa — se é que houve alguma, sequer! — que o Governo deu aos acionistas privados?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não conheço nenhum empresário privado que tivesse disponíveis 1000 milhões de euros para colocar na TAP, ou para colocar no outro lado qualquer.

Não estamos a falar em trocos, estamos a falar que, para dar uma ajuda à TAP, no mínimo, era preciso 1000 milhões de euros. Eu não tinha, mas garanto que, se tivesse, tinha posto, e tinha posto, porque acredito na TAP. A TAP é uma grande companhia, é uma grande marca, e acredito que a TAP futuramente há de ser uma grande companhia. Precisa é de ter uma boa gestão.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Nós também preferíamos que alguém, que não os contribuintes, tivesse posto, mas, infelizmente, esse investidor não se encontrou.

Pergunto-lhe se, efetivamente, na altura, houve esse esforço ou não, porque a Comissão Europeia, uma das coisas que dizia era que a TAP tinha, por um lado, de aumentar a partilha de perdas com os credores e, por outro lado, de tentar arranjar mais investidores, para não ter um corte salarial tão alto e também para não exigir tantos contribuintes.

Gostava de saber se isso foi efetivamente feito ou não.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, não foi feito porque na situação em que se vivia não era possível fazer. Não era possível encontrar um investidor. Aliás, houve, em 2019, a possibilidade de entrar um investidor, uma entidade que faria uma aquisição na TAP e, provavelmente,

se isso tivesse acontecido haveria mais capacidade para poder meter fundos na TAP, mas, infelizmente, isso não aconteceu.

Agora, com a situação económica que se estava a passar nas companhias aéreas, os aviões todos no chão, não havia investidor nenhum que colocasse 1 € na TAP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, estou de acordo. Certamente teria mais capacidade com essa entidade, até porque essa entidade já devolveu tudo ao seu Estado, no seu país.

Quero perguntar-lhe se, no fim de 2021, com a nova operação de aumento de capital e, depois, também quando quer os trabalhadores, quer o Sr. Doutor perderam a sua posição, não recebeu nada em compensação por essa perda de percentagem. Correto?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Correto, não recebi nada. Sr. Deputado, não sou doutor, podem tratar-me por Humberto.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Comendador, não é?...

Risos.

... mas, como era mais curto, tenho dito Sr. Doutor.

Ainda sobre esta parte, efetivamente há aqui uma diferença: enquanto um acionista recebeu 55 milhões de euros, o outro acionista privado não recebeu nada.

Parece-me um pouco estranho, pelo menos, se esta é uma palavra que posso utilizar, sem querer levantar qualquer suspeita, mas é que, efetivamente, há dois acionistas com o mesmo peso e um recebe 55 milhões e o outro não recebe nada.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, há uma diferença entre um acionista e o outro, não é? O Sr. David Neeleman era um investidor e, por isso, é que entrou na TAP, para fazer uma mais-valia num determinado espaço de tempo. Eu sou um empresário, não estou habituado a entrar em companhias para as poder vender; vejo as companhias a longo prazo. Eu poderia ter saído, na altura, quando saiu o Sr. David Neeleman, mas tive sempre uma expectativa de que a pandemia não se alongasse por muito tempo e como apostava na TAP, gostava da TAP e apostava muito na TAP tentei ficar e fiquei até ser possível ficar.

Quando verifiquei que não havia condições para poder continuar, aí saí, com o prejuízo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Comendador, queria fazer duas perguntas ainda, mudando um bocadinho de tema.

Na semana passada, ouvimos aqui o Sr. Dr. Miguel Frasquilho que garantia — não sei se viu as notícias — que a consultoria paga a Fernando Pinto pela TAP era real. Embora ele não tivesse documentos físicos, disse que tinha pedido o seu serviço, apoio, em alguns casos, mas muito esporadicamente. Disse que era sobretudo pedida pelo Dr. Lacerda Machado e que tinha sido decidido pela Comissão Executiva e que ele não sabia nada.

Gostaria de lhe perguntar se sabe alguma coisa em relação a este processo, ou seja, em relação à consultoria que, depois, o Dr. Fernando Pinto veio a fazer.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Houve ali uma mudança: entrou um CEO novo na companhia, que não a conhecia, e o Eng.º Fernando Pinto saiu. Perante essa transição, era importante que o Eng.º Fernando Pinto continuasse a dar alguma colaboração, e foi aí que se chegou ao

entendimento de o Eng.º Fernando Pinto continuar a dar colaboração ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e a todo o conselho da TAP.

Gostaria de retificar que o Eng.º Fernando Pinto não foi ganhar mais do que aquilo que ganhava quando era assalariado da companhia. Aparece um valor superior, mas o problema é que quando o Eng.º Fernando Pinto deixou de receber salário, que recebia 14 meses, e passou a faturar os serviços por mês, só faturou 12 meses. É a diferença dos 12 para os 14 que dá uma diferença de...

Mas não recebeu mais do que aquilo que recebia quando era CEO.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Comendador, efetivamente, não era um valor baixo. Do que eu percebo, era 1,6 milhões de euros, que não teve outro efeito, se não este, e não há evidências de nenhum contrato, nem de nenhum objeto em relação a isto. Acho que nunca na vida poderia ser o mesmo valor, porque ele já não desempenhava a função, isto era apenas um serviço de consultoria e, do que nós sabemos, um apoio muito esporádico, até.

Gostaria de lhe pedir, se souber — também temos mais audições —, para nos desenvolver um bocadinho a natureza e a origem desta decisão e deste pedido de prestação de serviços também, porque, claramente, a empresa foi feita só para este efeito.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Ele era essencial para a transição.

Repito, ele era essencial para a transição, porque era o homem que conhecia a empresa, pelos muitos anos em que lá esteve. Em todas as dúvidas que se levantavam, era a ele que se pedia ajuda — aliás, ele era assíduo na companhia, e quando não estava na companhia estava sempre disponível.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, antes de prosseguirmos, gostava de esclarecer o seguinte: foi-me entregue uma grelha de tempos, que tem oito minutos para a Iniciativa Liberal, pelo que estou a seguir a grelha que me foi entregue, e é com essa que eu trabalharei, porque foi a que me fizeram chegar os serviços.

Passamos, de seguida, ao Sr. Deputado Bruno Dias, do Grupo Parlamentar do PCP, no mesmo modelo de pergunta/ resposta.

Sr. Deputado, tem a palavra, dispondo, para o efeito, de sete minutos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Começo por cumprimentar o Sr. Humberto Pedrosa.

Peço só que façam uma pausa na contagem do tempo, se faz favor, e, não passando pela cabeça substituir-me ao Sr. Presidente, apelo a todos que tivéssemos as mesmas condições, nomeadamente de silêncio na sala, para trabalhar e para que a Comissão funcione.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tudo faremos nesse sentido.

Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ah, assim está muito melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Humberto Pedrosa, há pouco, a propósito da questão dos chamados fundos Airbus e das verbas para a capitalização da TAP, respondeu assim: «não acompanhei essa questão, quem negociou com o Airbus foi o Sr. David Neeleman e quando entrei para o consórcio ele já tinha feito a negociação.»

Queria perguntar-lhe quando é que entrou no consórcio.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Para não errar, vou aqui ver.

Pausa.

Desculpe, foi nos primeiros dias de novembro de 2015. Ou seja, foi praticamente uma semana, duas semanas antes da privatização.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas o senhor assinou a primeira proposta, entregue a 15 de maio desse ano, com o título «Proposta financeira vinculativa», entregue ao Governo. O senhor assinou uma proposta, mas entrou para o consórcio cinco ou seis meses depois?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não tenho de memória as datas, mas se assinei é porque, se calhar, provavelmente, foi antes. Tenho aqui uma data da privatização e, salvo erro, firmo que a minha assinatura para entrar tinha sido uma semana ou duas semanas antes.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Antes de eu continuar, tinha aqui para colocar a seguinte questão: qual era o papel do Sr. Humberto Pedrosa no agrupamento Atlantic Gateway? Enquanto acionista e enquanto responsável desse agrupamento, qual era o seu papel e qual era a sua intervenção?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Eu era Presidente do Conselho da TAP, S.A. e da Portugália.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Esqueçamos ainda a privatização da TAP.

Na altura em que é constituído o consórcio Atlantic Gateway, de que o senhor era parte, como era a sua intervenção nesse consórcio? Julgo que, formalmente, o senhor até era o acionista maioritário, ou não? Era o senhor que exercia as funções de direção sobre esse consórcio, ou não? Quem é que tinha o controlo sobre esse consórcio?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na realidade, eu tinha 51 % e tinha de ter 51%, porque, na legislação da Comunidade, para o processo da privatização da TAP, tinha de haver um europeu com a maioria do capital e, por isso, é que eu tinha 51 %. Mas o homem da aviação era o David Neeleman, que, na realidade, era quem geria e comandava a operação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, o controlo efetivo, na prática, era exercido pelo senhor brasileiro e o português assinava os papéis, não é?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim, assinava quando analisava que, realmente, estava tudo correto.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, se analisava quando estava tudo correto, é porque achou que estava tudo correto na primeira proposta financeira vinculativa, entregue em maio de 2015 ao Governo.

E eu estou na dúvida se lhe hei de perguntar no que é que consistia essa proposta, mas vou tentar, vou arriscar. Consegue sintetizar em que é que consistia essa primeira proposta financeira com aquilo que incluía para a capitalização da TAP? Só para ajudar: esta proposta foi aquela que veio a ser depois rejeitada, não é?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Estamos a falar na segunda proposta ou da primeira?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Da primeira.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, não posso entrar em pormenores, porque não me recordo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A primeira proposta foi aquela que foi rechaçada, que foi recusada, até na sequência de um parecer da própria TAP, que denunciava ou chamava a atenção para o problema de que as propostas apresentadas pelo consórcio Gateway assentavam num processo de financiamento da nova frota, através de ativos já existentes da TAP.

O que é que acontece a seguir? Há um conjunto de reuniões com consultores jurídicos, com o Governo, com a Gateway, em que reformulam a proposta e passa a haver uma segunda proposta, que não tem nenhuma referência aos A350. Deixa de haver qualquer conversa sobre isso.

E, então, não estando lá escrito, preto no branco, o que ia ser feito, o Governo decidiu aceitar essa segunda proposta.

O senhor participou nessas discussões da primeira proposta para a segunda? Só para confirmar.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, não participei. Mas gostava de referir que os A350 não eram um ativo da TAP. A TAP encomendou os A350, a TAP sinalizou os A350 com 40 milhões de euros, mas não eram um ativo da TAP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Apenas estou a referir o parecer da TAP na parte referente à estrutura de frota, que fala no processo de financiamento da nova frota através de ativos já existentes na TAP, do qual se destaca a opção de troca do A350 pelo A330neo.

Ora bem, entretanto, o senhor disse que os 226 milhões de euros para capitalizar a TAP, que vieram da Airbus — pensamos que será um bocadinho mais do que isso — ficaram na TAP, o Sr. Neeleman veio embora, mas não trouxe o dinheiro.

Queria só perguntar se conhece a comissão que o Sr. Neeleman recebeu do negócio com a Airbus?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — A comissão?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, os 236, perto de 230 milhões de euros que o Sr. Neeleman recebeu, foi do seu conhecimento?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, apenas aquilo que conheço é que a Airbus se prestou a ajudar à capitalização da TAP e que deu ao Sr. Neeleman 226 milhões de euros, que se destinavam, pura e simplesmente, para capitalizar a TAP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ainda na questão do seu papel na Atlantic Gateway, da sua explicação já ficou claro que era preciso simular que o controlo se mantinha em mãos europeias devido às regras da União Europeia e, por isso, era formalmente o sócio maioritário da Atlantic Gateway.

Pergunto, com quanto capital entrou na TAP? Mencionou isso na sua intervenção inicial, qual foi, da sua parte, a verba aportada para a TAP, naquela altura? E, por exemplo, a propósito daqueles 10 milhões de que falou ao início, não é?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Inicialmente, para a aquisição, foram 10 milhões de euros — 5 milhões meus e 5 milhões do Sr.

David Neeleman —, e depois coloquei em suprimentos, em prestações acessórias na TAP 12 milhões e meio de euros.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas dos 226 milhões, que foram trazidos para a capitalização pelo acionista minoritário, quantos é que foram trazidos pelo maioritário, que era o senhor?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Bom, eu considero que esse dinheiro foi o dinheiro que a Airbus deu ao Sr. Neeleman para a capitalização da TAP, que tem a ver com o pacote de negócio que foi feito com a Airbus.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Foi feito com a Airbus, por quem?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pelo Sr. Neeleman. O Sr. Neeleman é que fez o negócio com a Airbus, não é?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não foi a Atlantic Gateway?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, foi o Sr. Neeleman que fez o negócio diretamente com a Airbus. Perante a dimensão do negócio — aquilo que julgo — e perante a expectativa que, provavelmente, a Airbus tinha de mais tarde continuar a vender aviões à TAP, a Airbus disponibilizou esses 226 milhões para a capitalização da TAP, não foi para o Sr. Neeleman.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A questão que se coloca aqui é que, sendo um negócio bilateral entre o Sr. Neeleman, DGN, que era a empresa dele, e a Airbus, o acionista maioritário da Atlantic Gateway está à margem de tudo isto, o que demonstra aquela questão que nós, na altura, colocávamos, de que

o acionista maioritário, se calhar, nem no papel chegava a ser, porque a própria capitalização era feita pelo extra comunitário.

Queria colocar uma última questão, já tenho pouco tempo, que tem a ver com a forma de pagamento dos administradores na gestão privada. Numa entrevista, o senhor confirmou que o seu salário e o dos restantes administradores privados na TAP eram feitos através de prestações de serviços. Pergunto se confirma isso e como é que eram realizados os descontos para a segurança social.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Nós tínhamos a Atlantic Gateway. A Atlantic Gateway tinha despesas, despesas com advogados, despesas diversas e, em determinada altura, entendemos que, em vez de estarmos a receber salário, receberíamos o salário, mas via faturamento, no fundo, via prestação de serviços à Atlantic Gateway e, assim, a Atlantic Gateway tinha fundos já para poder fazer face às despesas que tinha.

Esse dinheiro não vinha para o bolso dos acionistas nem dos administradores, não havia direito à segurança social, nem a IRS. Por exemplo, no meu caso, eu e o meu filho David, mantínhamos os salários que já tínhamos no Grupo Barraqueiro. Por isso, não fomos... Acontecia que, quando sobrava algum dinheiro para a Atlantic Gateway, esse dinheiro era enviado para as empresas, tanto para a Barraqueiro como para a DGN.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Então, é por isso que nem na TAP S.A. nem na Atlantic Gateway SGPS, constam quaisquer remunerações declaradas à segurança social, nessa época?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim, não havia.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Humberto Pedrosa, podia repetir a resposta que deu o Sr. Deputado?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Ah, sim. Não, quer dizer, não havia realmente salário. Aliás, esta situação de prestação de serviços até existia dentro da TAP, ou seja, a TAP SGPS pagava salários, mas não tinha receita e tinha um contrato de prestação de serviços com a TAP, S.A., que recebia os valores da prestação de serviços, e a TAP SGPS, depois, pagava salários daí. Isto é uma coisa vulgar, normal.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Acho que, ainda durante a tarde de hoje, esse tema vai voltar para cima da mesa e que teremos mais rondas para tratar disso.

Faltou-me, há pouco, perguntar apenas em relação à interação, dentro da Atlantic Gateway, entre o Sr. Humberto Pedrosa e o Sr. David Neeleman, se há algum acordo ou algum contrato que não seja conhecido entre as duas partes. Ou seja, entre o Sr. Humberto Pedrosa e o Sr. David Neeleman, há algum contrato ou acordo assinado que não seja conhecido e que tenha estado na origem, digamos assim, desses desenvolvimentos, na altura, em 2015-2016.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, apenas deve existir um acordo parassocial, simples. Não é?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A minha última pergunta nesta ronda é sobre os negócios que a TAP teve com o seu grupo, com o Grupo Barraqueiro.

Queria perguntar-lhe: que negócios existiram? Quais foram? Houve ou não a colocação de autocarros no serviço do aeroporto, nomeadamente na

operação de *handling*? Existiu esse tipo de operações e atividades? E quais foram, digamos, os montantes associados a esses serviços?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, não havia serviços da Barraqueiro à TAP, salvo alguma exceção de voos que eram cancelados, como no caso, às vezes, do Porto, em que nos era pedido um autocarro para fazer o transporte dos passageiros para Lisboa ou para hotéis, etc. Mas são coisas muito pontuais e aconteceram muito poucas vezes.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Humberto Pedrosa.

Passamos ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e dou a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Mortágua, que dispõe de sete minutos.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Humberto Pedrosa, cumprimento-o.

Queria voltar a esta questão do dinheiro que entrou na TAP e da forma como ele entrou. O Sr. Humberto Pedrosa entrou na TAP com 5 milhões para comprar ações e com 12,5 milhões para prestações acessórias. Pergunto-lhe se esses fundos lhe pertenciam, a si ou ao seu Grupo.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Claro que sim, eram fundos próprios.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O outro acionista, David Neeleman, no fundo, entrou com que dinheiro seu para o mesmo negócio da TAP? E por «seu» não me refiro ao do Sr. Humberto Pedrosa, mas, sim, ao de David Neeleman.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Ele entrou com a parte dele na aquisição da TAP pelos 10 milhões. Ele colocou 5 milhões e eu coloquei outros 5 milhões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E para a capitalização da TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Para a capitalização da TAP, teve um empréstimo da Airbus. Foi o dinheiro que ele colocou na TAP.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Porque é que lhe está a chamar um empréstimo?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Empréstimo ou... Não sei o que é que lhe hei de chamar! Quer dizer... uma doação? Será?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Parece-me uma doação muito estranha, mas não sou eu quem está a pôr palavras na boca do Sr. Humberto Pedrosa.

Queria perceber quando é que o Sr. Humberto Pedrosa tem conhecimento de que o seu parceiro no negócio vai capitalizar a TAP com fundos da Airbus?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Já tive conhecimento mais tarde. Eu não conhecia a negociação, não sabia da negociação. Sabia da negociação dos 53 aviões, agora, sobre os fundos vim a saber mais tarde.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mais tarde, quando? Consegue dizer-nos?

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Humberto Pedrosa, mais tarde, quando?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Ah, desculpe!

Mais tarde... A negociação com a Airbus já estava feita logo de início. De início, quando pensou em fazer uma proposta para a aquisição da TAP, o Sr. David Neeleman foi à procura de fundos. E, então, quando foi à procura de fundos... Isso faz parte, até, da proposta para o Estado: a entrada de 53 aviões.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso confirma, exatamente, as informações que temos. Ou seja, há uma proposta vinculativa, de maio de 2020 — repito, maio —, feita pela Atlantic Gateway, em que se fala dos 12,5 milhões que o Sr. Humberto Pedrosa vai colocar e do resto que será colocado por David Neeleman e em que é dito que o dinheiro de David Neeleman é dinheiro Airbus. Isso aparece na proposta de maio.

Na proposta de junho, desaparece a referência ao dinheiro Airbus. Ninguém encontra, na proposta de junho, uma referência a aquilo serem fundos Airbus. Gostaria então de saber se nos consegue explicar porque é que, da proposta entregue ao Estado, desaparece esta referência.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr.^a Deputada, não lhe sei explicar. Sei que toda a negociação foi feita por ele, mas não lhe sei explicar a razão.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Há um acordo de venda, assinado em 24 de junho de 2020, que não fala em fundos Airbus, mas, de repente,

em setembro, aparece o Sr. David Neeleman a mandar cartas ao Estado, em nome da Atlantic Gateway, a dizer: esperem lá, porque temos aqui um grande negócio, que é o de capitalizar a TAP com fundos Airbus.

Portanto, esteve em cima da mesa, na proposta vinculativa de maio; saiu do acordo de venda, de junho; e aparece, em outubro, como uma grande inovação. E o que o Sr. Humberto Pedrosa nos está a dizer é que David Neeleman tinha um contrato com os fundos Airbus — e sabia que era isso que ia fazer — desde o momento em que planeou entrar na TAP.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim... Acho que, quando pensou em entrar na TAP, ele tinha de reunir fundos para o poder fazer, e isso fez parte daquilo que ele conseguiu fazer com a Airbus.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Quando o Estado resolve aumentar a participação, logo no final de 2015 ou em 2016, há a negociação para um novo acordo parassocial, em que o Estado aumenta a participação até aos 50 %, mas sem passar os 50 %. Quem é que negocia, do lado da Atlantic Gateway e do lado do Estado, este aumento de participação do Estado?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Do nosso lado, houve reuniões acompanhadas por advogados. Mas, no fundo, a negociação foi sempre relativa, porque acabámos por aceitar a proposta que o Estado nos fez.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas quem é que estava a negociar do lado do Estado? Quem era o negociador? Quem era o responsável?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Era o Sr. Ministro das Infraestruturas, na altura.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — E o Dr. Lacerda Machado, que papel teve nessa negociação?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — O Dr. Lacerda Machado teve presença também nas negociações, mas não vi papel nenhum importante dele na negociação.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que é que levou a Atlantic Gateway, ou o Sr. Humberto Pedrosa, pelo menos, que é quem aqui está, a aceitar a proposta do Estado para reduzir a sua participação na TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, eu recebi a proposta com muito interesse, porque, no fundo, era um conforto muito grande ter o Estado ali como acionista.

A situação da companhia estava como estava, não sabíamos o que iria acontecer em termos futuros e, para mim, pessoalmente, era um conforto o Estado ser acionista.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas além do peso, simbólico e real, de o Estado aumentar a sua participação até quase 50 %, o que é que mudou, de facto, na responsabilidade do Estado perante a companhia, em relação aos acionistas privados, que justificasse ser interessante para os privados que o Estado aumentasse a sua participação?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Quer dizer, os privados, no fundo, tinham a gestão da companhia, mas, como lhe digo, na minha

opinião, desde o início que achei que era um conforto enorme ter o Estado connosco.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Damos agora um salto até ao momento da nacionalização.

No dia 1 de maio de 2020, a TAP escreveu uma carta aos acionistas a dizer: «A TAP está em pré-falência. Precisamos de fundos e precisamos que os acionistas nos digam, imediatamente, se têm disponibilidade para aportar fundos à empresa, e o calendário para o fazer.»

A Atlantic Gateway respondeu a dizer: sim, sim, sim, é muito importante, estamos a acompanhar, achamos que o Estado deve fazê-lo.

Confirma esta minha interpretação da resposta da Atlantic Gateway?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Claro, Sr.^a Deputada.

Quer dizer, não era possível, para nós, termos 1000 milhões de euros para poder ajudar na situação de emergência da TAP. Quer dizer, só o Estado... Aliás, todas as companhias aéreas foram ajudadas pelo Estado. Não houve nenhum apoio direto dos acionistas, que eu conheça. Nem da Lufthansa, nem da Air France...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Portanto, no âmbito das conversações com o Estado, para lá da boa vontade do acionista privado, não esteve nunca em cima da mesa nenhuma proposta concreta dos acionistas privados ou de outros, que pudessem vir de outro lado qualquer do mundo, para porem dinheiro na TAP. Isso não existia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, Sr.^a Deputada, não existia, porque estamos a falar, realmente, de muita dimensão de dinheiro. Não é?! Aquilo não era possível.

Mas, aliás, também lhe vou dizer que, na altura, se eu tivesse 1000 milhões de euros colocá-los-ia na TAP, porque acredito na TAP. Acreditava e continuo a acreditar.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O Estado acaba por entrar, primeiro, com um empréstimo de 1,2 mil milhões e, na sequência da reconfiguração desse empréstimo, David Neeleman sai da empresa.

O que é que leva David Neeleman a querer abandonar ou a decidir abandonar a TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Acho que aquilo foi uma questão de gestão da crise e, na gestão da crise, o Estado quis assumir essa gestão e por isso é que o David Neeleman acabou por pôr à disposição a saída dele.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Tenho alguma dificuldade em perceber exatamente qual foi a fonte do conflito. Ou seja, o que é que o Estado queria fazer que o David Neeleman não queria, ou o contrário?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, Sr.^a Deputada, não sei se lhe chamemos um conflito. O Estado chamou a si próprio a gestão desta crise e as conversações com Bruxelas, e, no fundo, o David Neeleman pensou: «o que é que estou aqui a fazer?». Não é?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Mas para vir embora trouxe 55 milhões. A que título é que David Neeleman recebeu 55 milhões?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Foi o acordo que fez com o Estado. Com o Estado ou com o Governo, com o Ministro das Infraestruturas.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Então, se o Sr. David Neeleman queria sair, podia ter saído! Não precisava de trazer 55 milhões com ele.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Poi...

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — O que eu queria perceber é o que deu poder a David Neeleman para conseguir exigir ao Estado que só saía com 55 milhões? Ou seja, de onde é que vem o direito dele de receber 55 milhões?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, não sei, as negociações não foram comigo. Foi um acordo entre as partes. Se calhar vontade, bastante vontade, também da parte do Governo, de afastar o Sr. David Neeleman.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Não deixa de ser um bocadinho contraditório, não é? O Sr. David Neeleman põe 100 e tal milhões da Airbus e vem-se embora com 55. O outro acionista põe 12 milhões do bolso próprio e vem-se embora sem nada.

A minha pergunta é: porque é que David Neeleman teve direito a sair com 55 milhões e isso não aconteceu com o restante acionista?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — A diferença é que eu apostava na TAP. Acreditava que a pandemia fosse passageira. Pensei que tivéssemos um problema, talvez, sei lá, de um ano de pandemia e, como

acreditava na TAP, quis manter-me, quis continuar a estar na TAP com a esperança de se resolver o problema da pandemia e de se fazer a recuperação da companhia. Eu gostava de ter acompanhado a recuperação da companhia.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Ainda assim, não se explica porque é que David Neeleman queria sair e não saiu e, se o Estado queria que David Neeleman saísse, porque é que não saiu e porque é que se pagou 55 milhões. Mas isso, há de haver quem nos consiga explicar.

Gostaria de lhe perguntar acerca desta questão do contrato de prestação de serviços com a Atlantic Gateway. A TAP pagou serviços à Atlantic Gateway em nome de quem, de que administradores?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Quem não recebia salário da TAP era eu, o David e o Neeleman. Éramos os três. Entendeu-se que, em vez de estarmos a receber salário da TAP, como a Atlantic Gateway tinha várias despesas, fazia um contrato de prestações de serviço e esse dinheiro já daria para custear essas despesas. Agora, eu não recebia dinheiro, nem eu, nem o David, nem o Sr. Neeleman. O dinheiro sobranete é que depois era canalizado para as empresas, tanto para a DGN Corporation como para a HPGB, SGPS, S.A.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Dos 4,3 milhões que foram recebidos nestes anos, consegue dizer-nos qual foi a percentagem de dinheiro sobranete que foi depois canalizado para as empresas, ou não tem informação?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não tenho ideia, mas sei que havia meses em que o dinheiro recebido não chegava para as despesas. Quanto é que estava a receber a Atlantic Gateway? Estava a receber 75 mil euros por mês. Doze meses, claro, não é?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Fazendo as contas, parece-me que isso não dará 4,3 milhões, mas posso estar enganada.

Explique-me também uma outra questão, que é: porque é que Fernando Pinto era administrador da Atlantic Gateway?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Era administrador por exigência da ANAC.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Pode explicar?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Como nós, Barraqueiro ou Humberto Pedrosa e David Pedrosa, não tínhamos experiência na aviação, a ANAC exigiu ter uma pessoa experiente na aviação. Então, chegámos a um entendimento e nomeámos o Eng.º Fernando Pinto como administrador da Atlantic Gateway para poder dar suporte à exigência da ANAC.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Isso quer dizer que a ANAC não considerou que o Sr. David Neeleman e o Sr. Max Urbahn, não eram suficientes para dar experiência à Atlantic Gateway e, portanto, Fernando Pinto passa para administrador por causa disso.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, Sr.^a Deputada, é que eles não eram comunitários. Nem um nem outro era comunitário.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Na verdade, isso é mais ou menos porque o próprio David Neeleman envia em 2016 uma carta à ANAC a dizer que comprou um visto *gold* em Malta e que se tornou um cidadão comunitário. Tem conhecimento disso?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Tenho, em Chipre.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Em Chipre?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada, esgotou o seu tempo.

Passamos agora ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista e dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Comendador e, da nossa parte, também, as nossas desculpas pelo imenso tempo que esteve à espera.

Sr. Comendador, fui pegando um pouco em algumas das declarações que já deu para estruturar as questões que queria ver esclarecidas.

Manteve com o Sr. Neeleman, pelo menos de 2015 a 2020, atividade empresarial. Com que frequência falava ou mantinha discussão sobre a TAP durante este período e de que forma iam articulando as decisões que tinham de tomar relativamente à companhia e à empresa que tinham em conjunto, a Atlantic Gateway?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — O Sr. Neeleman vinha a Portugal normalmente todos os meses e passava cá três, quatro, cinco dias, uma semana e aí conversávamos.

Por outro lado, havia reuniões por *Teams* também, reuniões de conselho, e ele também tinha ligação direta com o CEO que era uma pessoa dele, que foi colocado por ele. Aliás, praticamente a maioria da comissão

executiva são pessoas de confiança do Sr. David Neeleman. Era o Sr. Antonoaldo e era também o Raffael, que era o CFO.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Tinha conhecimento de que quer o Antonoaldo Neves, quer o Raffael Quintas, tinham estado anteriormente na Azul?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Tinha conhecimento, sim.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Em 2020, que é um período difícil, por algum momento o Sr. David Neeleman partilhou consigo que tinha vendido uma parte das ações que tinha na Azul para pagamento de uma dívida pessoal? Isto um pouco antes da venda da posição na TAP.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, ouvi falar. Ele não comentou, mas ouvi falar no assunto.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Utilizou uma expressão que achei interessante. Disse: «Eu sou um empresário, o Sr. David Neeleman seria um investidor e, portanto, estaria aqui por um determinado tempo.»

Quando, em 2015, houve o processo de reprivatização, a TAP tinha, nessa altura, uma situação difícil, como já referiu, tinha capitais próprios negativos de quase 530 milhões de euros e este cenário, certamente, era do seu conhecimento. Que análise fez dele antes de decidir entrar neste processo e na TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — A análise que fiz dele é de um homem com muita experiência de aviação. Aliás, quando o conheci, no primeiro encontro que tive com ele, foi quando me disse que era da Azul,

que era acionista da Azul. A Azul toca ou tocava na altura 101 cidades no Brasil. Na altura, também lhe perguntei: «O senhor está a querer entrar na TAP, sabe a situação da TAP, como é que está? É complicada, tem dívidas, etc.» E a resposta dele foi: «Olha, pois, a TAP tem 30 % do mercado brasileiro para a Europa e a Azul pode alimentar os voos da TAP e a TAP pode passar de 35 % para 40 % de passageiros do Brasil.» Isso foi o suficiente para mim. Foi o suficiente para acreditar no negócio. Aliás, a situação da TAP, o aumento que teve de rotas nos Estados Unidos, etc., tudo isso se deveu ao Sr. David Neeleman. O Sr. David Neeleman era, na realidade, um especialista na aviação e eu reconheço-o como tal.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nessa altura, o Sr. David Neeleman não partilhou em nenhum momento que a Azul, a sua empresa, que tinha, de facto, 30 % do mercado brasileiro, estava numa situação económica difícil, vinha com prejuízos acumulados, mesmo desde 2008 — penso que só num ano tinha conseguido resultados positivos —, e que precisava, nessa altura, e tinha já decidido internamente, reduzir a frota da companhia? Em algum momento o Sr. Neeleman partilhou esta ideia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, nunca partilhou, mas eu sabia que a Azul estava em dificuldades na altura.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E o Sr. Neeleman partilhou em algum momento que, em 2015, depois do processo de reprivatização, no dia 12 de novembro, no final desse ano, junto da Airbus, renovou um pedido que tinha para a Azul para comprar mais aviões para essa companhia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, não partilhou.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Logo a seguir, a partir de janeiro, mas mais concretamente em março, a TAP começa a receber aparelhos, aviões, da Azul, Embraer e ATR.

O Sr. David Neeleman, em algum momento, explicou qual era a ideia de trazer estes aparelhos para a TAP e porque é que era importante para a TAP receber estes aparelhos?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na realidade, na altura, a TAP precisava de aviões. O Sr. David Neeleman é uma pessoa que pega numa companhia e quer ter a expansão imediata e não havia assim aviões no mercado para podermos colocar na TAP.

Os ATR vinham para fazer Porto-Lisboa e ainda hoje andam alguns a fazer a ponte aérea Porto-Lisboa, e recebemos mais alguns aviões para poder dar uma ajuda para as rotas que a TAP previa fazer e para algumas novas que criou, até recebermos aviões novos, claro.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — De facto, vieram da Azul 19 aparelhos, nove Embraer e oito ATR. A Azul, segundo explicações do Sr. Neeleman, resolve diminuir a frota da Azul de 144 para 125, dispensando os aparelhos que eram mais custosos, que tinham um custo de frota maior, que consumiam mais combustível, que tinham dificuldades em levantar sempre que as condições climatéricas não fossem interessantes e que tinham um custo de *leasing* para a Azul, ainda que esse custo fosse pago a uma empresa também do Sr. Neeleman, a LLC.

Portanto, esses aparelhos não eram muito interessantes para a Azul, tinham um peso, um custo e vêm para a TAP fazer rotas semelhantes, do ponto de vista da dimensão, que fazem na Azul e acabam por ter as mesmas dificuldades climatéricas e de avarias.

Em algum momento, essas dificuldades foram discutidas na TAP, sobretudo com os ATR, que geraram prejuízos grandes do ponto de vista da ponte aérea?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na realidade, o problema era a necessidade imediata de aviões.

Agora, na realidade também, os ATR têm alguns problemas e não foram, na altura, a melhor solução, mas também não havia outra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Entretanto, a ideia seria substituir esses aparelhos, na TAP, pelos que haviam de receber, da família Neo, mais concretamente, no caso desse conjunto de 17 aparelhos, os A320neo. Não sei se acompanhou a entrega que a Airbus foi fazendo à TAP.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim, acompanhei. Aliás, fui a França receber a primeira unidade A330. Acompanhei o recebimento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Recordá-se em que ano foi isso? Foi em 2018?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Provavelmente, mas não tenho de memória.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Se a informação não me falha, nós recebemos o primeiro A320 em abril de 2018.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ele disse A330!

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não é o A330, porque a TAP é a primeira companhia do mundo a receber esse avião. Em relação a esse, tenho outra análise. Foi um avião que não teve muita procura, teve muitas desistências na Airbus, portanto, foi um avião que perdeu rapidamente valor de mercado face ao A350 que a TAP dispensou.

O A320 é aquele mais pequeno. A TAP recebeu-o em abril de 2020, mas a Azul recebeu este avião muito antes para substituir os ATR e os Embraer que vêm para a TAP. Em algum momento o Sr. Neeleman partilhou esta informação?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não. Isso era falado, realmente, nas reuniões do Conselho. Era falado, mas, eu continuo convicto de que o Sr. Neeleman fez sempre o melhor para a TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Comendador, na data em que a TAP recebe o primeiro A320, a Azul, na verdade, já tinha recebido 14 desses aparelhos, e foi assim que em 2017, pela primeira vez, entre outras coisas, a Azul chega a resultados positivos.

A segunda pergunta que lhe faço é a seguinte: em 2015, quando o Sr. Neeleman negociou com a Airbus e resolveu dispensar os A350, porque seriam aviões que não teriam muito interesse para a operação da TAP, para aquilo que projetavam para a operação da TAP, em algum momento, disse que a Azul tinha encomendas de A350 junto da Airbus?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, não disse, mas, na realidade, para a opção de operação que a TAP tinha, não justificava ter os A350. Os A350 foram encomendados pela TAP para fazer rotas para a Ásia, e a prioridade que se deu na TAP foi, realmente, a de ir para os Estados

Unidos, Brasil e África e, para isso, para fazer essas rotas, o A330 é o avião mais equilibrado.

Agora, a prazo, seguramente, se a pandemia não tivesse aparecido, pela velocidade que a TAP levava, em termos de crescimento e em termos de rentabilidade, já tínhamos hoje encomendado, seguramente, alguns A350 para ir para a Ásia.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — O meu espanto é porque, àquela data, a Azul não voava para a Europa e tinha a pretensão de voar para a Europa e voar também para os Estados Unidos (Flórida, Orlando), e os A350 eram a estratégia da Azul para voar para a Europa, o que veio a acontecer mais tarde, não com o A350, porque esses acabaram por ser dispensados à HNA, que, entretanto, logo a seguir à privatização da TAP, entra também no capital da Azul, e a Azul, como estava com dificuldade e precisava de desfazer-se de aviões, acabou por ser também esses A350.

Mas, entretanto, em junho de 2016, a Azul voou pela primeira vez para a Europa e faz um voo Campinas-Lisboa, com os *slots* que a TAP já não tinha em Campinas. E a TAP deixa de voar para lá — penso que o último voo foi a 31 de maio de 2016 —, e o primeiro voo da Azul para a Europa, aliás foi assim que a Azul entra na Europa, voando, neste momento para Lisboa e para Paris-Orly, curiosamente estreou — uma coincidência — esses voos com os A350, agora em fevereiro, penso eu.

Tinha conhecimento desta desistência de Campinas, isto é, de concentrar as operações só em São Paulo, e dessa intenção de a Azul de voar para a Europa, fazendo, no fundo, pela primeira vez, ligações que a TAP fazia e, portanto, podendo ser uma concorrente?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na realidade, o voo que a TAP tinha Campinas-Lisboa não estava a ser um voo rentável. Uma questão

que se levantou logo de início, com o Sr. David Neeleman, foi que o voo não era rentável e, como tínhamos falta de aviões para fazer outras rotas, achou-se que deveríamos sair de Campinas.

Eu posso dizer-lhe que foi contra a minha vontade, porque achava que o voo poderia ser rentável com a alimentação que a Azul poderia, no fundo, dar a esse voo, mas, nem todo o conselho aceitou que, realmente, essa seria a opção. O avião fazia falta e o melhor era sairmos de Campinas, e o resultado que deu foi esse exatamente.

Passado pouco tempo, a Azul estava a pedir Campinas-Lisboa e agora já faz Paris e, salvo erro, faz ou fazia já dois voos para Lisboa, a partir de Campinas. Foi uma pena, mas pronto, isto é a concorrência.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Compreendo essa explicação, era aquela que nos tinha dado, mas acho-a estranha, porque quando a Azul precisa de diminuir a frota, porque estava numa situação difícil, e para depois chegar a ter lucros, em 2017, além daqueles nove Embraer, oito ATR, há dois A330-200neo que passam para a TAP durante uns meses, e que fazem a ligação, curiosamente, de um lado ao outro.

Portanto, é estranho perceber que uma ligação via TAP não poderia ser rentável, com aviões que já eram da Azul, mas que a Azul teria essa rentabilidade. Registo isso.

Entretanto, a Azul vem para a Europa, em 2016, em 2017 faz um acordo com a Condor, uma empresa alemã de aviação, e a ideia é poder levar mais passageiros da Europa para o Brasil, o que parece, novamente, uma concorrência direta à TAP.

Teve conhecimento deste acordo da Azul, já a voar na Europa a partir dessa desistência dos *slots* da TAP e procurando arranjar mais mercado via Condor?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim, tive conhecimento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E não achou que poderia ser uma concorrência direta à operação da TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — É claro que sim, mas hoje é difícil controlar a concorrência, não é? Entretanto, a Azul passou a voar para Portugal, a LATAM também já voa para Portugal. É difícil, não é? Mas eu gosto dessas lutas, sabe?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Terminou, Sr. Deputado?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Esgotado o tempo do Partido Socialista, ao segundo, passo ao Grupo Parlamentar do PSD, dando a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento novamente as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e o Sr. Comendador Humberto Poderosa, a quem endereço os meus melhores cumprimentos e a minha admiração, enquanto empresário e patriota.

Hoje, numa frase simples, voltou a dizer muito de si e do que é. A frase, se não me atraiçoa a memória, é a seguinte: «Se tivesse os 1000 milhões de euros, teria eu investido na TAP.»

Começo, Sr. Comendador, por partilhar consigo uma informação que chegou hoje ao acervo documental desta Comissão, que é uma carta da Airbus a David Neeleman, em que a Airbus refere explicita e claramente,

sem qualquer dúvida, que a TAP está proibida de monetizar a sua posição relativamente aos A350. Ou seja, a TAP não podia ceder contratualmente a sua posição no negócio dos A350 a terceiros.

Foi por esta razão que o Sr. Comendador, no início da sua intervenção, disse que o contrato dos A350 não era um ativo da TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Exatamente.

A situação dos A350 era a seguinte: os pagamentos da TAP à Airbus já estavam prestes a ficar em incumprimento, e a TAP estava na iminência de perder o dinheiro que já tinha adiantado — estamos a falar em 40 milhões de euros — e de perder os aviões. E, na realidade, a Airbus não permitia que a TAP pudesse passar os aviões para outra companhia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Então, todos aqueles que dizem que a TAP tinha A350, que era um ativo negociável, que era um ativo importante e apetecível, estão fora da realidade objetiva dos factos.

Agora, queria trazer-lhe outra questão, que tem a ver com a opção estratégica de prescindir dos A350 e ir para os Neo. Na opção estratégica então tomada, de privilegiar o mercado brasileiro, norte-americano, de África, da própria Europa, onde a nossa diáspora se divide, na África do Sul, com as distâncias maiores, é esta realidade de negócio, é esta opção estratégica, que reforça o abandono da opção por um avião como o A350 e de ir para os Neo.

Entende o Sr. Comendador, ainda à data de hoje, que esta foi, e é, uma opção estratégica correta para a companhia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Considero sim, acho que foi uma boa opção. Não quer dizer que houvesse um abandono completo da ideia de poder ir para a Ásia, mas a opção inicial era realmente entrar nos

Estados Unidos, que teve um êxito fantástico — os voos para os Estados Unidos andam sempre cheios —, e reforçar também o Brasil e África. Esta foi a primeira opção do Sr. David Neeleman, que eu achei corretíssima.

Como disse há pouco, se não tivesse havido pandemia, se calhar, já estávamos a pensar em fazer um voo para Ásia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Aliás, Sr. Comendador, o Dr. Miguel Frasquilho, na semana passada, manifestou essa mesma opinião que o senhor acabou de expressar, e esta tarde, antes de si, o Dr. Lacerda Machado também a corroborou na Comissão de Economia.

Eu queria perguntar-lhe sobre uma oferta da Lufthansa em 2019, 2020. Tem conhecimento dela? ela chegou a algum ponto de negociação? Porque é que não avançou e quem é que se opunha a esta compra da Lufthansa?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Eu tenho conhecimento de um interessado em entrar para a TAP, agora não sei se era a Lufthansa. Isso desconheço. Havia, na realidade, um interessado, e fizeram-se as avaliações na altura, mas eu desconheço quem era o interessado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Comendador, foi o Sr. Primeiro-Ministro que disse que era a Lufthansa e, portanto, daí eu também conhecer este facto.

Mas chegou a perceber porque é que isto não avançou? Quem é que se opôs a esta operação?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Continuo a dizer que não sei se era a Lufthansa, mas não avançou, porque, entretanto, veio a pandemia. Se a pandemia atrasasse mais um mês, provavelmente seria feito o negócio. Sr. Deputado, desculpe-me, mas há acordos de confidencialidade.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eu estive a ouvir as suas declarações antes da minha intervenção e queria fazer-lhe uma pergunta muito simples: neste negócio em que se meteu, o da TAP, na sua perspectiva, o senhor, globalmente, ganhou ou perdeu?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Perdi. Perdi cinco anos com a TAP na minha cabeça. Em vez de ter o Grupo Barraqueiro na minha cabeça, tinha a TAP. O David trabalhava ali sete dias por semana e 365 dias, durante praticamente quase cinco anos.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O David, seu filho?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim, o meu filho.

Risos.

O David tinha direito a carro como administrador executivo, mas não quis ter carro da empresa, não quis telemóvel da empresa, o próprio computador dele era o computador da Barraqueiro e não quis receber sequer o cartão de crédito para refeições fora. Por isso, não foi tirado um cêntimo da TAP.

Agora, quando digo que perdi, pois perdi! Além disso, tinha cartão de crédito e também nunca o utilizei. E o que perdi... Acabei por perder, depois, as prestações acessórias que ficaram na TAP. Mas foi uma aposta minha. Eu, na realidade, podia ser mais pessimista e prever que não haveria condições futuras para me manter na TAP, porque ficava reduzido a pó, não quis acreditar. Acreditava na TAP e tive o maior desgosto em ter abandonado a TAP.

Por isso, aguentei até ser possível aguentar. Mas, como lhe digo, se calhar, hoje faria a mesma coisa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas, Sr. Comendador, já estiveram aqui os sindicatos, inclusive houve um sindicato, salvo erro o dos pilotos, que mencionou o caso dos trabalhadores, que subscreveram os 5 % do capital e que ficaram sem nada.

O senhor ficou como eles, sem nada, portanto, daquilo que lá colocou.

Como é que o senhor se sente, por sair, ao fim dessas noites em que só pensava em aviões, depois de ter lá colocado o dinheiro do seu trabalho? Como é que o senhor se sente em relação à opção que foi feita e à forma como o senhor saiu?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Quer dizer, lamento muito pelos trabalhadores, pela perda dos 5 % que tinham na companhia.

No meu caso pessoal, não chorei o dinheiro que lá ficou! Ficou porque teve de ficar! Perdi porque tinha de perder, mas foi uma opção minha. Eu poderia ter, com alguma antecedência, saído, mas apostava na companhia, gosto da companhia e acredito na companhia.

A companhia é uma marca fantástica. A companhia, no Brasil, é a marca n.º 1. No Brasil é a TAP. Quem quer viajar, primeiro vai à TAP. E, aliás, vê-se que, com os preços, com as tarifas que a TAP pratica, muito superiores à concorrência, os voos andam cheios.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim, mas, Sr. Comendador, há aqui uma coisa que fica muito difícil de compreender. Quando veio a covid, a TAP era, aparentemente, a empresa de aviação com maior tesouraria. Teria à volta de 500 milhões de euros e foi a última a pedir auxílio de Estado, porque

significa isso que a gestão privada alavancou o negócio, havia folga, havia conforto.

Como é que entende não ter sido feita a proposta de, porventura, um empréstimo ao invés do aumento de capital? Não entende que esta modalidade o escorraçou da TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não considero que tenha sido escorraçado da TAP, mas, na realidade, chegou a um ponto de eu não ver condições para poder continuar. E eu via que a estratégia do Governo era uma estratégia que não contava comigo. Como não contava comigo, quer dizer, eu não estava ali a fazer nada, não é?

Agora, a minha decisão, pronto, foi tardia.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas, Sr. Comendador, repare no seguinte: quando o senhor, naturalmente, entrou na companhia, tinha uma perspectiva de longo prazo — aliás, os fundos de capitalização haviam de lá estar 30 anos, havia uma perspectiva duradoura.

Não entende que este modelo de nacionalização, esta opção política de nacionalização, que, nas suas palavras, não conta consigo, mais do que um modelo de negócio pensado a médio prazo é o cumprimento ideológico de uma vontade de não ter privados na TAP?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, Sr. Deputado, não considero isso. Quer dizer, na realidade, não havia outra solução, senão a intervenção do Estado português na TAP.

Esses fundos eram essenciais. Ou o Estado intervinha e colocava os fundos necessários na TAP ou a TAP acabava. E acho que foi uma boa opção.

Agora, poderia ser uma opção de, em vez de ir a capital, ir a prestações acessórias, por exemplo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Essa foi a pergunta!

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Se fosse a prestações acessórias, depois poderia, amanhã, numa venda da companhia, o Estado reaver o dinheiro, reaver os fundos que colocou.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Exatamente, essa é a pergunta, Sr. Comendador. Em vez de ter sido feito o aumento de capital com esta consequência, porque é que não usou, no seu entendimento, a opção, por exemplo, de outras companhias, em que os Estados emprestaram num determinado modelo e, naturalmente, foram reaver este valor mais à frente?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, é bem verdade. Isso aconteceu com as outras companhias. Agora, até poderia ter havido uma opção no Estado português de ser uma situação mista, não é? Poderia ir uma parte a capital, outra parte a prestações acessórias, mas houve a opção, na realidade, de ir tudo a capital.

A situação da companhia, na realidade, tinha melhorado bastante, mas precisava de, pelo menos, mais dois anos, para chegar a uma situação bastante equilibrada e entrar em velocidade de cruzeiro.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas a opção do Governo, no modo como o fez, impossibilitou esta oportunidade que acabou de dizer.

Portanto, foi uma opção não o fazer com empréstimo e recuperá-lo mais à frente. Ao fazer como fez, naturalmente expulsou os privados e ficou naturalmente nacionalizado.

Queria ainda que me dissesse o seguinte: quantos anos havia de compromisso para a manutenção do *hub* em Lisboa? Fazia parte, digamos, das condições da privatização que foram feitas em 2015 e 2016?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não conheço que houvesse algum compromisso com alguma data-limite.

A intenção era que o *hub* continuasse a ser o *hub* de Lisboa. Aliás, inicialmente, para quem vem de fora, tivemos, na altura, alguns pequenos problemas com o *hub*, porque não se entendia, o Sr. David Neeleman não entendia, muito bem que, havendo um *hub* em Lisboa, se pudesse fazer voos diretos do Porto. Mas, claro, isso depois, com o tempo, foi ultrapassado e hoje, passado algum tempo, já passou a haver voos diretos.

Agora, o que é verdade é que por exemplo, em Espanha, Barcelona tinha voos internacionais e deixou de ter, ou seja, passou tudo para Madrid. O *hub* é Madrid, faz Barcelona-Madrid e, depois, de Madrid segue para linhas internacionais.

Mas no Porto, há linhas, rotas, que são importantes para o Porto e justifica-se plenamente haver voos internacionais diretos, tanto para o Porto como para a Europa.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Comendador, perguntei-lhe isso, porque, na documentação que hoje recebemos na Comissão, o acordo de compromisso estratégico é claríssimo: o *hub* tem de se manter em Lisboa durante 30 anos. E era por isso que lhe perguntava, uma vez que, naturalmente, fazia parte das linhas de orientação enquanto acionista.

Queria também perguntar-lhe o seguinte: ao longo da sua presença na TAP, como é que viu sempre a operação de manutenção no Brasil?

Já ouvimos aqui dizer, uns interlocutores, que era um quisto, que era um cancro nas contas da companhia, ouvimos outros dizer que, se

determinadas pessoas ainda se mantivessem, provavelmente ainda estava aberta.

Como é que via esta operação, enquanto acionista na companhia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, quando chegámos à TAP, a situação da M&E Brasil (Manutenção e Engenharia Brasil) era uma situação difícil e tínhamos o espelho do passado, que chegava a custar, por ano, à TAP 40 ou 50 milhões de euros.

Por isso, foi uma prioridade fazer uma reestruturação na M&E Brasil. E o que é verdade é que, em 2015, a M&E Brasil teve um EBITDAR negativo de 12 milhões de euros, em 2016, de 18 milhões de euros, em 2017, de 21 milhões de euros, e depois, após a reestruturação e o fecho das oficinas de Porto Alegre, em 2018, teve 3 milhões de euros de EBITDAR negativos e, em 2019, passou a ter 3 milhões de euros positivos de EBITDAR. Por isso, estava no bom caminho. É claro que, depois, veio a pandemia e lá estragou tudo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Comendador, mas, ao longo do tempo todo da manutenção da operação no Brasil, isto teve um custo para a TAP — hoje sabemos — superior a 1000 milhões de euros. Tem consciência disso?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Realmente, foi um custo brutal. Foi um custo brutal, mas há que analisar que foi através do negócio que foi feito com a M&E Brasil, na altura, que a aquisição feita pela TAP veio trazer para a TAP os *slots* que a TAP quis, que eram da Varig.

Por isso, todos os *slots* que a TAP tem devem-se a esse negócio. Agora, há que fazer o balanço. Não sei se é positivo se é negativo. Quer dizer,

é positivo tendo em conta os *slots* que a TAP tem. É negativo tendo em conta o custo que a M&E Brasil teve para a TAP.

Poderia ter-se tratado mais cedo, poderia ter-se resolvido o problema mais cedo, poderia fechar-se? Isso são situações que... Agora, acabou por se fechar, não é?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sim, mas, Sr. Comendador, repare, ao longo desse tempo todo, isso teve um custo superior a 1000 milhões de euros.

Relembro-lhe, como sabe, que a ajuda de Estado foram mais de 3,2 mil milhões de euros, e 1000 milhões desses 3,2 mil milhões têm a ver com esta operação ruínosa.

A questão é: se a operação foi para termos voos para o Brasil, é preciso perceber que, no final das contas, ao fim de 15 ou mais anos, isso custou-nos 1000 milhões de euros. Isto é quase como o outro que diz: é preferível que esteja quieto, não voe, porque, se está a voar, ao fim de 15 anos, temos 1000 milhões de euros de prejuízo.

Portanto, é preciso perceber: ao longo do tempo, e uma vez que as rotas já existiam, porque é que se esperou esse tempo todo para resolver um problema com esse impacto nas contas?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, não lhe sei responder; aquilo era uma opção da gestão.

Pergunto-me a mim próprio: se a TAP fosse gerida por mim, o que é que faria? Talvez a fechasse há mais tempo... Talvez tentasse outras soluções. Há uma que se poderia ter tentado, que era fechar Porto Alegre e fazer a reestruturação. Isso era o mínimo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Alguma vez pediram uma auditoria à operação de manutenção no Brasil?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Foram pedidas várias.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — E qual foi o resultado?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — O resultado é a realidade que nós temos. O resultado era, muitas vezes, a falta de... É que a manutenção do Brasil não fazia só manutenção aos voos da TAP; fazia manutenção aos voos da TAP, fazia manutenção aos voos da Azul, fazia manutenção a outras companhias. E, às vezes, a falta de trabalho traduzia-se em prejuízo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Saliento, Sr. Comendador, que é a primeira vez que alguém nos diz aqui que há, ou que existiram, auditorias à operação no Brasil.

Quem é que as mandou fazer? Sabe quem é que as fez? Quem é que as mandou fazer?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Foram mandadas fazer pela Comissão Executiva, pelo CEO.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A que empresa? Tem ideia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não tenho.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Houve aqui, numa das audições longas que já tivemos, alguém que deu a entender — se bem percebi e se bem interpretei — que havia talvez um problema de custos de transferência. Isto

é, mandava-se fazer manutenções ao Brasil, mesmo sabendo que eram mais caras, para, desta forma, gerar receita na operação do Brasil.

Confirma isso?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — É possível, mas não posso confirmar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Repare: a lógica dos custos de transferência intragrupo levanta uma questão que não é, do ponto de vista até da concorrência, ética, limpa. Quer dizer, uma coisa é consultar e aquela empresa, por ser do grupo, fazer o preço mais baixo; outra coisa é mandar para o Brasil, mesmo sabendo que o custo é mais alto do que aquele que a TAP poderia encontrar, por exemplo, na Europa, eventualmente.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Tem toda a razão, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Comendador, diga-me, por favor, em relação à parte final: saiu da TAP S.A., mas manteve-se na TAP, SGPS. Porque é que não saiu de vez?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, eu não saí de vez à espera de que a pandemia não fosse tão demorada e que se conseguisse... Gostaria de ter continuado na TAP e estava empenhado para a recuperação da TAP. Foi uma aposta minha.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Para esta aposta, teve alguma indicação do Sr. Ministro ou de um Membro do Governo desta possibilidade, mesmo que remota?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Portanto, foi um ato de fé seu?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Foi um ato de fé meu. No mundo dos negócios, às vezes, também é preciso um bocadinho de sorte.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Comendador, dá muito trabalho ter sorte e o senhor é um exemplo de quem sabe isso na primeira pessoa.

A pergunta que lhe faço, terminando a minha primeira ronda, prende-se com o seguinte: depois desta cambalhota pública, destes anúncios faustosos de que a TAP é nossa, é pública, é dos portugueses, o Partido Socialista agora quer privatizá-la, provavelmente muito perto da totalidade. Como deve compreender, vai ser difícil um grupo empresarial que está cotado em bolsa vir querer ter uma participação minoritária, para ser um joguete político nas mãos do Partido Socialista na TAP.

Como é que vê esta cambalhota?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, eu acho que a TAP, como qualquer companhia, precisa de ter uma boa gestão. Eu não sou contra os gestores públicos. Há gestores públicos bons e tenho alguns nas empresas que comprei, que eram públicas, e eles estão à frente das empresas.

Agora, acho que também poderia haver aqui uma solução intermédia. Quer dizer, se calhar, a TAP até podia continuar pública e fazer um contrato de gestão com empresas privadas, por exemplo.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Terminado o tempo do PSD, passamos ao Grupo Parlamentar do Chega, dando a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, que tem oito minutos para fazer as suas perguntas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Cumprimento o Sr. Presidente, os Srs. Deputados e, especialmente, o Sr. Comentador Humberto Pedrosa. Muito obrigado por estar entre nós.

O Sr. Comentador disse há instantes uma frase que eu retive e vou reter para muito tempo. Dada a sua experiência e sucesso no mundo empresarial, é uma frase marcante, que pode ser marcante até para esta Comissão: «Se tivesse os 1000 milhões, investia na TAP.» Isto significa que acredita muito no negócio da TAP, porque ter 1000 milhões de euros e investir num negócio...

Quer-nos explicar um bocadinho isto, Sr. Comentador?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Acredito, sim. Eu acredito no futuro da TAP.

A TAP é uma excelente companhia, tem uma marca fantástica no mundo, e isso tem-se visto pelas novas rotas que a TAP faz, como, por exemplo, para os Estados Unidos, onde os aviões andam cheios, a preços muito superiores aos da concorrência. Por isso, alguma coisa a TAP tem de apetência para os clientes.

Acredito no futuro da TAP. Acho que a TAP há de ser uma grande companhia — já é e vai continuar a ser.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pelas palavras do Sr. Comentador, podemos concluir que, na sua análise e perspetiva, a TAP, a breve trecho, no curto a médio prazo, vai ser uma empresa lucrativa, vai conseguir limpar as

suas contas e trabalhar com base no que tem, e que é muito, e vai conseguir ser autossustentável, sem os apoios do Estado.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sem dúvida que acredito.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, deixe-me colocar-lhe, então, uma questão que me parece óbvia, depois destas duas respostas esclarecedoras e tendo em conta o seu sentido patriota.

Depois de um investimento dos contribuintes portugueses de 3,2 mil milhões de euros, tendo em conta a sua experiência no mundo do negócio e o facto de dizer que apostaria 1000 milhões de euros seus na TAP, se os tivesse, então, o Governo está a dar a empresa de bandeja — depois de ter lá metido 3,2 mil milhões de euros dos contribuintes portugueses, que tanto precisam dele, como é sabido — a um privado, ao querer privatizá-la, quando já assumiram até que jamais a iriam vender pelo preço que lá injetaram.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sim, Sr. Deputado. Na realidade, o volume de fundos colocados na TAP é enorme.

Não sei se todos têm a mesma opinião que eu tenho. Eu acredito na TAP, mas depende, na realidade, de quem é que vai gerir a TAP. Quer dizer, eu acredito na TAP com uma determinada gestão, por aquilo que eu conheci enquanto estive na TAP. Agora, depende muito, amanhã, de quem é que vai comprar a TAP, se faz melhor, ou se faz pior.

Se calhar, este não era o momento ideal para vender a TAP, penso eu. Se a TAP fosse minha, eu, neste momento, esperava por uma melhor oportunidade, que era pôr a TAP a ganhar dinheiro. Aliás, se não tem havido a pandemia, a TAP, em 2022, estaria em velocidade de cruzeiro, já estaria com resultados líquidos positivos e iria crescer com crescimento sustentável.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, agradeço-lhe a clareza na sua resposta.

Só para fechar este tema, deixe-me perguntar-lhe: com toda a sinceridade, acha que o Governo está a fazer mal em vender a TAP neste momento? Pior do que tudo, o Sr. Ministro da Economia, que o Sr. Comendador conhece bem, pondera vender a TAP à Iberia, com tudo o que isso ia trazer de negativo, até pela questão do *hub* de Lisboa, que, certamente, ia passar para Madrid. É inegável e o Sr. Comendador saberá isso melhor do que eu.

Portanto, o Sr. Comendador partilha da nossa opinião de que a venda, neste momento, seja à Iberia ou seja a outra qualquer companhia, por um valor que vai ficar longe dos 3,2 mil milhões de euros, é um negócio precipitado deste Governo?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Eu penso que sim.

Acho que tem de haver muito cuidado com a venda e acho que não é pelo valor da venda. Quer dizer, mesmo que a Iberia pagasse melhor do que a Lufthansa, mesmo que desse uma oferta maior do que a Lufthansa, eu acho que deveríamos optar pela Lufthansa ou por outra companhia, nunca pela Iberia, porque, na realidade, temos o risco de o *hub* de Lisboa passar para Madrid.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, não podia ser mais explícito.

Portanto, o Sr. Ministro da Economia terá falhado neste ponto. Nós também concordamos com a sua visão. O Governo está a falhar — também nesse ponto concordamos com a sua visão —, ao querer vender, vá-se lá saber porquê, de uma forma atabalhoada e apressada uma companhia que tem tudo para dar dinheiro.

Deixe-me colocar-lhe ainda uma outra questão: uma TAP bem gerida, com um aeroporto novo — não lhe vou perguntar a localização, porque sei que é favorável a outra que não a Portela —, no curto a médio prazo, podia ser uma companhia concorrente, ao mais alto nível, das maiores companhias europeias, tendo em conta que detém o mercado brasileiro, norte-americano, africano e, inclusive, um pouco da Europa central, onde está a nossa diáspora? A TAP tem condições para, no curto a médio prazo, chegar a esse desiderato de ser uma companhia europeia de referência, sem ter de ser integrada num conjunto de companhias?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, eu acho que sim, eu acho que tem. A TAP, neste momento, tem aviões novos, tem uma marca excelente, como acabei de dizer, e tem todas as condições para poder ser uma companhia de referência.

Acho que as opiniões divergem... Chego a conversar sobre este tema com outras pessoas — também ligadas à aviação e que já estiveram na TAP — que acreditam que a TAP só é viável dentro de um agrupamento de companhias de aviação, aliás, é o que se tem passado. Por exemplo, a Iberia, hoje, já não é a Iberia, pois já pertence à British Airways; a KLM (Royal Dutch Airlines) e a Air France também estão juntas. É possível que, realmente, isso tenha algum peso — e tenha algum peso de consciência — para, no fundo, pôr a companhia a ganhar dinheiro.

Mas eu acredito na TAP assim como ela está podendo fazer mais algum crescimento sustentável. Temos rotas que podem crescer, podemos criar mais rotas novas. Agora, acredito na TAP, com a dimensão que ela tem.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, nós também acreditamos, por isso é que lhe estou a colocar estas questões.

Para terminar, queria só que nos desse, por favor, a sua opinião sobre

o seguinte: o Governo está a falhar, de forma drástica, ao vender, neste momento, a companhia, depois do investimento que lá foi feito. Certo?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Quer dizer, eu já dei a minha opinião, não é? Eu penso que o Estado português está obrigado a vender uma parte substancial ou a maioria do capital da empresa, isto por exigência de Bruxelas, não é? É aquilo que eu penso.

Agora, na realidade, a TAP está... Em 2022, acho que deu um resultado positivo, que, penso, seja um resultado real. Quem sabe, em 2023, conforme estão a correr as coisas, por aquilo que sei as coisas estão a correr bem, pelo menos, em termos de receita... Eu aguardava, se calhar, mais um ano, fechava o ano e ia ver o que é que dava. Agora, se, na realidade, é para dar prejuízo, então era melhor passar a TAP para alguém.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Comendador disse, na sua intervenção inicial, que quando chegou à empresa ela estava falida, sem fundo de caixa.

O que lhe pergunto é: o Sr. Comendador quando entrou sabia disso e, naturalmente, que com o seu espírito empreendedor avançou mesmo com estas contingências, ou foi-lhe sonogada esta informação?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, na realidade, sabíamos que a situação não era boa, mas também não sabíamos que era tão má. Na realidade, nós, quando entrámos, o caixa era praticamente quase zero, havia dívidas a fornecedores e, nesse mês, se não se conseguisse buscar dinheiro, não havia dinheiro para salários. Essa é a realidade pura e dura.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas o Sr. Comendador teve conhecimento

dessa realidade antes de assinar o contrato?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, depois, quando entrámos na companhia. Sabíamos que a situação não era famosa, mas quando chegámos à companhia é que nos deparámos com a situação real e essa situação real era essa. Era não haver caixa, não haver dinheiro para salários no final do mês, etc.. Por isso, é que eu recorri, por exemplo, a um financiamento que fui eu que o fui fazer para colocar dinheiro na caixa para pagar os salários nesse mês.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, para terminar este ponto, não acha contraproducente um empresário com a sua experiência e gabarito entrar numa companhia, formalizar um contrato sem conhecer ao detalhe as contas, sabendo, Sr. Comendador, que a TAP naquele momento deveria ser um buraco sem fundo, como se veio a revelar esse cenário?

Não seria mais por dentro uma análise muito cuidada quando estamos a falar em milhões de euros de investimento?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na realidade, eu levantei essa questão ao meu sócio e o meu sócio disse que já tinha feito a análise. Eu acreditei nele, como era um homem da aviação, um *expert* da aviação, acreditei nele, e, na realidade, as coisas ultrapassaram-se e resolveram-se.

Agora, também lhe digo que antes de eu entrar na TAP, amigos meus chamavam-me louco por eu entrar na TAP, porque, no fundo, as notícias que apareciam da TAP era que a TAP tinha 12 sindicatos, que os pilotos eram um grande problema, que a tripulação de bordo era outro problema, quer dizer, eram só problemas. E eu, muito sinceramente, tive algum receio. Mas quando cheguei à TAP, quando entrei na TAP, quando comecei a conhecer as pessoas, nada disso tinha a ver com a realidade. A TAP tem bons

profissionais, eu conheci a TAP, eu falei com a tripulação de bordo, com pilotos que estavam há 20 anos, há 30 anos, há 40 anos na TAP, com a camisola vestida e a lutar pela TAP.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ora aí está!

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — E isso, muitas vezes, é que dá ânimo ao investidor, ao empresário, é, na realidade, ter colaboradores que têm a camisola vestida e colaboradores que lutam pela companhia. Isso é que me deu um grande ânimo. E a aposta, a minha aposta na TAP, era exatamente por causa deles.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Se eu não tivesse o apoio desses colaboradores, se não houvesse esse apoio dos colaboradores, de maneira nenhuma, a TAP seria viável, e, de maneira nenhuma, eu me poderia entusiasmar pela TAP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, foi perfeitamente esclarecedor.

Há aqui um ponto a que eu gostava de ir novamente. Essa informação foi-lhe, de certa forma, ocultada pelo seu sócio — como senhor já disse, refere-se a David Neeleman, certamente — que foi, precisamente, quem lhe apresentou a HNA (Hainan Airlines). Certo?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, sim, é verdade. O David Neeleman é um otimista e não se assusta com dificuldades. Na realidade, eu comecei a conhecê-lo a pouco e pouco e é um homem que

enfrenta tudo o que são dificuldades, ele enfrenta-as, e isso deu-me alguma segurança durante o tempo em que eu estive com ele na companhia.

Eu considero que ele não me ocultou... Não é que me ocultasse informação, não; ele é uma pessoa otimista e toca a bola para a frente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, otimistas no negócio são de valorizar, mas a prudência também e é preciso não esquecer que, certamente, foi o Sr. David Neeleman quem abriu as portas da Atlantic Gateway ao capital da HNA.

Quanto é que a HPGB, SGPS recebeu de entrada dos chineses no capital da TAP? Tem ideia?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, aquilo foram algumas três ou quatro operações e uma delas começou com o Sr. Neeleman. Foi o Sr. Neeleman que assumiu com a HNA... A HNA tinha uma participação na Azul. A HNA precisava de consolidar nas contas e, então, pediu ao Sr. David Neeleman se poderíamos vender uma parte do capital, porque, salvo erro, a HNA precisava ter 22 % ou 23 % de capital para poder consolidar.

Quando o Sr. David Neeleman me pôs a questão... Aliás, a HNA em contrapartida, propunha poder capitalizar também a TAP e, mais, até propunha comprar a M&E Brasil. Na altura, a HNA estava a comprar, comprava tudo o que lhes aparecesse dentro da aviação.

A HNA propunha comprar a M&E Brasil, que era uma coisa que nos interessava muito. E, perante a situação, eu cedi também à venda de uma parte do capital, que acabámos, depois, por recomprar mais tarde com a queda da HNA; eu e o Sr. David Neeleman.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Comendador, não acha um pouco

estranho, voltando ao Sr. Neeleman, que alguém lhe apresente a HNA como uma excelente solução, alguém que está com dinheiro para esbanjar, que, ao mesmo tempo, entre no capital da TAP, que a TAP ceda as *slots* que tem em Campinas, quando o mercado no Brasil estava em grande expansão e a localização de Campinas abria para os vários pontos do Brasil, que a TAP podia fazer direto e não precisava da Azul, mas que ficou para a Azul — Azul essa que era do Sr. Neeleman —, não acha que isto aqui é um negócio em que, se calhar, o Sr. Neeleman ganhou, o senhor deixou de ganhar tanto e a TAP perdeu?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, pois, pode fazer-se esse raciocínio, não é? Eu não acredito que o Sr. Neeleman ganhasse; agora, no meio de tudo, provavelmente, a Azul ganhou.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E a Azul é de quem, Sr. Comendador?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — A Azul... O Sr. Neeleman tinha uma participação, mas relativamente pequena, muito pequena.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sobre este assunto, Sr. Comendador, agradeço as respostas e acho que estamos esclarecidos.

Gostava de lhe colocar uma outra questão: em 2020, o antigo ministro Pedro Nuno Santos disse que o senhor era um empresário patriota. Sabe os motivos pelos quais ele disse isto?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não faço ideia, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Terminou o tempo do

Grupo Parlamentar do Chega e a primeira ronda de perguntas.

Recordo aos Srs. Deputados que, conforme está previsto, há uma segunda ronda e, potencialmente, uma terceira ronda. Recordo também que os tempos destinados às três rondas são uma prerrogativa, ou seja, um direito, não são um dever, pelo que não se sintam obrigados a gastar o tempo todo.

Entretanto, vamos fazer uma pausa de três minutos. Eu peço o favor que não seja uma pausa para jantar ou para comer; já que não almoçámos hoje, também não jantamos. É uma pausa de três minutos para prosseguirmos imediatamente a seguir.

Eram 20 horas e 53 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 3 minutos.

Vamos iniciar a segunda ronda de perguntas, para a qual está inscrito o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP, que pode usar da palavra por 5 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Humberto Pedrosa, aqui há momentos, disse que foi uma grande, digamos assim, surpresa, e a palavra «surpresa» é minha, é a forma como eu sintetizei aquilo que o senhor relatou do que encontraram quando chegaram à TAP.

Em 2016, após a privatização, os senhores entraram na companhia, e falou daquele conjunto de problemas que — a palavra é minha — vos apanhou de surpresa, um conjunto de situações de que não sabiam. A pergunta foi se conheciam essa situação, o senhor respondeu que não.

Ora, no acordo de venda direta que é assinado entre o Estado e a Atlantic Gateway, ao detalhe, desde a situação da M&E Brasil até à situação de tesouraria, os problemas que estavam colocados nas dificuldades de financiamento, tudo isso, ao detalhe, era comunicado à Atlantic Gateway.

A minha questão, nesse quadro, era para saber se era o senhor que não tinha esse conhecimento, se era na HPGB que não tinham esse conhecimento, se foi o Sr. Neeleman que, digamos, guardou isso para ele e não partilhou convosco, porque os senhores estavam supostamente a entrar num empreendimento, numa empreitada, e, à partida, deviam saber com o que é que contavam, portanto, todas essas situações estavam nos próprios anexos, relativamente ao acordo de venda direta, antes de entrarem.

Eu coloco as questões todas, Sr. Presidente, e o senhor responde no final, certo?

Esta era a primeira questão: o tema da surpresa. Como é que isso se explica?

Depois, a segunda questão tem a ver com a antecipação do processo de privatização. É que o acordo de venda direta, assinado em 24 de junho de 2015, previa que a conclusão do processo de privatização ocorreria a 24 de junho de 2016 — 24 de junho de 2016.

Queria perguntar-lhe porque é que se antecipou, para novembro de 2015, a assinatura do acordo relativo à conclusão do processo. Até porque, verdade seja dita, a famosa carta da Airbus ao Sr. David Neeleman dizia apenas que não iria fazer uma transação — a expressão é *standalone* — isolada do processo dos A350, mas que a posição, até de pagamentos, para a encomenda dos A350 era uma parte da equação do conjunto mais vasto dos vários fatores que estavam colocados naquele negócio, que incluía a substituição da encomenda pelos A330 e famílias dos A320neo, etc.

É nesse contexto que, em setembro, digamos assim, há a confirmação de todos esses negócios, em que aparece o fundo Airbus, que — e registo

esta informação, que o senhor partilhou connosco, como sendo importante e de relevo — tem ali o tema de a negociação já ter sido feita entre o Sr. Neeleman e a Airbus, ainda antes de começarem estes acordos a ser negociados com o Estado.

A última questão que lhe queria colocar tem a ver, no fundo, com a tal situação económico-financeira da TAP no momento da pandemia, no rescaldo da pandemia, digamos assim.

O problema tem a ver com as contas, com o apuramento dos custos e do impacto da pandemia na operação da TAP, segundo a avaliação feita pela própria Comissão Europeia. As contas feitas pela Comissão Europeia indicam que o impacto da pandemia nas contas da TAP foi de 640 milhões de euros, aliás, 640 milhões e 500 mil euros. No entanto, a capitalização que foi necessária para a companhia, por parte do Estado, foram os tais famosos 3,2 mil milhões de euros, que é muito mais do que isso.

Uma coisa é, digamos, uma pedra na engrenagem, mas a covid não foi uma pedra na engrenagem, foi uma montanha que caiu em cima da engrenagem. No entanto, a montanha que caiu em cima da engrenagem valia 640 milhões, e do que a TAP precisava era de 3200 milhões. Não sei se me estou a fazer entender...

Ou seja, havia a situação económico-financeira, quando o senhor até falava de algumas centenas de milhões de euros negativos de avaliação da TAP naquela altura, sendo que a imparidade da antiga VEM, da manutenção Brasil, era de 1000 milhões de euros, e ainda havia mais outro tanto de imparidades e implicações negativas de outros contextos que tinham a ver com a própria gestão privada.

Por isso, uma coisa é a tesouraria. A gente pode ir buscar os indicadores que quiser, mas há aquela expressão inglesa que a gente pode adaptar para o português livremente, que é «ir às estatísticas como quem vai às amoras». A gente escolhe aquela que está melhor.

A gente pode ir pelo EBITDAR, pode ir pelos resultados líquidos, pode ir pela tesouraria, mas o que é certo é que a radiografia que foi feita no fim dava 3,2 mil milhões de euros, e eu pergunto como é que se explica isto no resultado tão bom que tem estado aqui a ser dito em relação à TAP.

Por agora, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Humberto Pedrosa.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Sr. Deputado, a situação da empresa, na realidade, nós tínhamos conhecimento de que não era boa. Agora, quando chegámos, ela era pior do que aquilo que estávamos a prever.

Por isso, quer dizer, a situação não sabíamos que... Chegámos à companhia e o caixa estava a zero. Chegámos à companhia e havia — e isso ainda é o menos, do mal o menos — atrasos a fornecedores. Mas, o que era mais grave era que nesse mês não havia dinheiro para salários. Por isso, a situação, nós sabíamos que era má, mas não sabíamos que era tão má.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — «Nós» quem? Vocês todos!

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Exatamente, nós todos.

Sobre a situação do Sr. Neeleman e da Airbus: como lhe digo, aquilo foi um negócio. Ou seja, eu não tive conhecimento da situação porque quando fui convidado para entrar, o Sr. Neeleman já tinha o projeto todo feito para a aquisição da TAP, como é que ia fazer a capitalização, etc. Mas não tenho pormenores, nem tinha.

No fundo, eu acabava por fiscalizar aquilo que o Sr. Neeleman ia fazendo. Eu era sócio, acreditava nele, ele é um tipo extraordinário em termos de sabedoria de aviação, e pronto, eu ia fiscalizando. Mas há, na

realidade, pormenores que não eram, ou quanto aos quais eu também não pedia explicação, porque acreditava.

Mas não tenho razão de queixa absolutamente nenhuma que houvesse fuga de alguma coisa feita pelo Sr. Neeleman. A situação da necessidade dos 3,2 milhões... Veio a pandemia e os aviões ficaram no chão. Houve um impacto inicial que pode corresponder aos tais 600 ou 500 ou 700 milhões, mas o que é verdade é que os aviões ficaram no chão quase dois anos e isso ia trazendo custos. E foi trazendo custos de pessoal, de manutenção, etc., sem receitas. E claro que as contas iam piorando. Mas tudo, na realidade, é o resultado da pandemia.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Há alguma questão que não tenha sido respondida?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falta só aquela questão que tem a ver com a antecipação da conclusão do processo de privatização, que era para ter sido em 2016 e acabou por acontecer e ser finalizado ainda em novembro de 2015.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pois, não sei. Acabou por acontecer. Realmente foi assim, mas não sei dessa antecipação.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira) — Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Comendador Humberto Pedrosa, vamos entrar na terceira ronda, em que cada Deputado inscrito pode intervir até três minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comendador, peço-lhe que vá apontando, porque vou fazer algumas questões, e agora, como não é pergunta/resposta, vão de seguida.

Gostaria de lhe perguntar, nos anos que estive na TAP, como é que era a relação com a tutela política e se, durante esses anos, houve muita pressão política ou não na operação da empresa.

A segunda pergunta é relativa aos apoios covid. Há poucas semanas — na semana passada, até —, tivemos cá um sindicato que nos dizia que tinha contactado a Comissão Europeia e que achava que a TAP não precisaria de estar ao abrigo do mecanismo de resgate e reestruturação. Aliás, mais ninguém esteve, nem sequer a Condor, e poderia ter estado apenas ao abrigo do mecanismo de ajudas covid. Portanto, gostaria de saber se tem alguma informação nova sobre isso que nos possa dar.

Em relação ao processo de nacionalização e daquilo que há pouco falávamos, a 1 de maio, o Conselho de Administração da TAP enviou uma carta ao acionista público e também aos acionistas privados, para saber qual era a sua intenção: se queriam continuar na TAP, em que moldes, em que modalidades, em que é que poderiam ajudar, etc.

Neste caso, o acionista privado, com assinaturas sua e do Sr. David Neeleman, respondeu que sim. Contudo, as modalidades aqui apresentadas — a prestação de garantias ou a realização de empréstimos pelos Estados soberanos —, que depois identificam, era aquilo que a maioria dos Estados-Membros estavam a fazer.

Acrescentam ainda que, no dia 15 de abril, tinham enviado uma carta ao Sr. Primeiro-Ministro e que no dia 30 de abril enviaram também uma carta à PARPÚBLICA para discutir alternativas, cenários e soluções.

E eu gostaria de lhe perguntar se alguma destas cartas que enviaram, quer ao Sr. Primeiro-Ministro, quer à PARPÚBLICA, alguma vez tiveram resposta, se, efetivamente, chegaram a reunir ou não e se houve ou não alguma discussão de cenários.

Por último, para terminar muito rápido: já nos disse que saiu da TAP, ao contrário do Sr. David Neeleman, sem nada — pelo menos nada recebido da TAP — e gostaria de lhe perguntar se o facto de o estudo para o projeto do aeroporto em Santarém ter começado exatamente em 2020 é apenas uma coincidência temporal, ou se tem alguma relação com a TAP, e se mais algum ex-administrador da TAP desse período participa nesse projeto.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado.

Sr. Comendador Humberto Pedrosa, a resposta será global e dada ao conjunto de perguntas que é formulada.

Assim sendo, com a sua licença, eu vou continuar a fazer esta ronda pelos grupos parlamentares e depois a resposta é conjunta, no final. Por isso lhe peço também eu que vá, por favor, anotando, para depois fazer a resposta conjunta.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Humberto Pedrosa, há pouco falámos sobre a prestação de serviços de Fernando Pinto e disse-nos que não recebia mais do que recebia como presidente do Conselho de Administração — aliás, presidente executivo.

Mesmo se recebesse o mesmo, já seria estranho um consultor receber o mesmo que o presidente da companhia. Mas, pelas nossas contas — ou melhor, pelas contas que nos foram disponibilizadas —, o salário anual de Fernando Pinto como presidente era de 656 000 €, mais 90 000 € que vinham de subsídios de alojamento e outros subsídios, o que totaliza 744 500 € ao ano, e já na prestação de serviços, a faturação foi de 811 800 € ao ano, pelo que me parece que a prestação de serviços pagou mais a Fernando Pinto ao ano do que lhe pagou pelo trabalho de ser presidente da empresa.

Mas não me quero agarrar a esta diferença de valores, pois poderia receber o mesmo, ou até podia receber 20 % menos... Mas, ainda assim, eu questiono: porque é que um consultor, que vai lá de vez em quando, recebe mais, ou o mesmo, do que o presidente da empresa?

Pergunto-lhe também se esses trabalhos de consultoria se traduziram em algum tipo de documento que possa ser comprovativo desse trabalho, ou se era só uma presença.

Queria fazer uma outra pergunta, que diz respeito aos prémios de desempenho. Quando chegaram à TAP, na segunda reunião de 16 de junho de 2016, a Comissão de Vencimentos decidiu que o prémio de desempenho não era aplicável em 2016, porque o orçamento da sociedade só foi concluído após terem decorrido cinco meses do período do ano a que se reportaria o quadro de objetivos, inviabilizando deste modo a atribuição de prémios de desempenho.

Em 2017, a opinião muda e a Comissão de Vencimentos resolveu dar os prémios de desempenho de 2016, apesar de antes ter dito que não podia ser e atribui dois prémios de desempenho: 275 000 € ou 276 000 € a Fernando Pinto e 207 000 € a Max Otto Urbahn.

Tenho duas perguntas: primeira, porque é que tinham decidido que não iam dar prémios e, depois, voltaram atrás, em cima do momento, e deram prémios de 2016, quando os objetivos estavam comprometidos, porque foram feitos *ex post*, depois da ocorrência?

Segunda pergunta: porque é que nos dois anos em que são atribuídos prémios, os dois administradores executivos recebem prémios, mas David Pedrosa, que é administrador executivo, não recebe prémio de desempenho? Nunca percebi esta escolha e gostaria de saber se me poderia esclarecer.

Também reforço uma pergunta que já foi feita pelo Deputado Bernardo Blanco, que é a seguinte: tem projetos, ou ideias de projetos, com

outros ex-administradores da TAP, que digam, nomeadamente, respeito ao novo aeroporto de Lisboa?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comendador, disse que não sabia que em 2015 a companhia estava tão má, pelo menos face àquilo que encontraram.

Pergunto se, entretanto, perceberam e tinham conhecimento que, nos últimos dois anos — portanto, de 2012 a 2015 —, ou nos últimos três anos, os capitais próprios da companhia se haviam degradado em 30 % face à primeira proposta de privatização, que falhou, e que, desse momento até essa data, há um agravamento de 30 % dos capitais próprios negativos.

A minha segunda questão é se pode confirmar que os 226 milhões que vêm via fundos Airbus, mas que servem de prestações acessórias do Sr. David Neeleman e, depois, os 12,5 milhões que são as prestações acessórias do Sr. Comendador, se mantêm na TAP.

A terceira pergunta é relativamente à ideia de que os A350 estavam numa situação contratual difícil para a TAP e que, portanto, a TAP estava um pouco encostada à parede, quando, na verdade, esse avião tinha uma procura brutal, havendo mais de 500 unidades vendidas avião e quase 700 pedidas no total.

O A330, que, no fundo, vem fazer o longo curso, ou uma parte do longo curso, só chega no final de 2018 à TAP. É o primeiro no mundo, mas chega com muitos meses de atraso e com seríssimos problemas do ponto de vista dos motores, que hoje estão a dar alguma dificuldade, como alguns pilotos reforçaram, gerando um conjunto de desistências muito grande da

parte de outras companhias aéreas. Aliás, neste momento, esse avião tem cerca de 100 unidades a circular no mundo e a Airbus tem alguns problemas com ele.

A quarta e última questão é sobre o contrato que foi assinado em 2015 entre a Atlantic Gateway e o Estado. De facto, não havia nenhuma obrigatoriedade de manter o *hub* para lá dos 5 anos. Isso resulta de um acordo estratégico posterior.

Mas, entretanto, desde essa fase, a Azul, da qual o Sr. David Neeleman, ainda tem, hoje, 67 % das ações com direito de voto, faz transferência de frota para a TAP, passa a voar para a Europa, passa a ter um acordo, em 2017, com a Condor, que permite transferir mais passageiros e que leva a Azul a ter os primeiros resultados positivos, da qual até fez grande gáudio. em 2017. Tinha conhecimento disto? Ou, pelo menos, tinha, em algum momento, visto isto desta forma agregada?

E é só, muito obrigado.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comendador, pergunto-lhe pela comissão paritária, que era um instrumento que estava previsto no processo de privatização de 2015/2016.

Esta Comissão tinha por objeto acompanhar os investidores privados que entraram na TAP e acompanhar a evolução do negócio da empresa nos pressupostos centrais que haviam sido acordados: o não despedimento, a questão do *hub* em Lisboa, a renovação da frota... Enfim, todas essas questões centrais seriam acompanhadas a par e passo, ao longo do tempo, por esta comissão paritária.

Alguma vez teve conhecimento da sua existência? Chegou a falar consigo? Participou nalguma reunião desta comissão paritária? Lembra-se de alguma questão desta comissão? Alguém ligado a ela?

Outra questão que lhe queria colocar tem a ver com a Eng.^a Alexandra Reis. Como sabemos, foi uma indicação sua para a Comissão Executiva, e a pergunta que lhe queria fazer é: Daquilo que o Sr. Comendador conhece da Eng.^a Alexandra Reis — naturalmente deve conhecê-la profundamente, profissionalmente, nas suas competências —, acha provável que, tendo sido ela convidada para Secretária de Estado do Tesouro, não tenha referido, em momento algum, a circunstância da TAP, a circunstância como saiu, eventualmente até a passagem pela NAV (Navegação Aérea de Portugal)?

Acha normal que, um quadro daquele gabarito, ao ser convidada para Secretária de Estado, não referisse, pelo menos *en passant*, ou se quiser, com a clareza e com a abertura que, porventura, se lhe reconhece, a circunstância da sua passagem pela TAP e a forma como aconteceu a sua saída da TAP? Não entende, daquilo que a conhece, que ela foi, ou seria, pessoa para o fazer?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira) — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Comendador, em relação ao que há instantes nos explicou da HNA e da entrada no capital da Atlantic Gateway, o que gostava de lhe perguntar é o seguinte: o Governo teve conhecimento deste negócio? Em caso afirmativo, quem é que deu conhecimento ao Governo deste negócio? E, em caso afirmativo, quem é que deu conhecimento ao Governo e quem é que da parte do Governo recebeu este conhecimento?

A segunda questão tem que ver com o ex-Ministro Pedro Nuno Santos, que era um acérrimo defensor de que a TAP deveria continuar no Estado, e, certamente, a sua demissão deu jeito ao Governo neste intento de vender a companhia e, ao que parece, sem ressarcir os contribuintes portugueses do investimento que lá fizeram.

A questão que eu lhe queria colocar é a seguinte: se houvesse um acordo entre o Governo e vários empresários nacionais — e reforço, nacionais, porque entendo que se a privatização for feita deve ficar na mão de empresários nacionais —, o Sr. Comendador estaria na disposição de integrar esse grupo novamente? Se a sua resposta for afirmativa, sentir-se-ia no dever de, nem que fosse à *la longue*, devolver os 3,2 mil milhões que os contribuintes lá meteram?

Para aceitar essa condição — do ponto de vista meramente estratégico, não há aqui qualquer outra intenção implícita —, colocaria como condição *sine qua non* o aeroporto de Santarém, e é um facto conhecido que se nós queremos que o *hub* de Lisboa se mantenha, que eu acho que é imprescindível tanto para a TAP como para a economia nacional, com um aeroporto desta dimensão só com uma pista parece-me que é impossível e Santarém, do estudo que está feito e do que eu ouvi, pode chegar até um total de quatro pistas no médio prazo, se necessário for, e equiparar ao aeroporto de Madrid, que é um colosso.

Portanto, esta é a questão final que eu lhe queria colocar: se tivesse essa oportunidade, quem é que escolheria para ficar à frente da companhia, neste caso como CEO da companhia? Christine Ourmières-Widener, Miguel Frasquilho ou Alexandra Reis?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Humberto Pedrosa, a este conjunto de questões que lhe são colocadas poderá responder da forma que entender, dispondo de até 15 minutos no máximo.

Faça favor, tem a palavra.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou tentar...

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Humberto Pedrosa, por informação do plenário da Comissão, V. Ex.^a não tem tempo limite, pode responder durante as horas que quiser.

Tem a palavra.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Muito obrigado.

Foram postas aqui várias questões e, eu, se calhar, vou repetir alguma resposta.

Sobre se tive alguma ligação com a tutela, não tive, nunca tive!

Sobre os apoios covid, houve vários apoios covid, mas eu penso que, provavelmente, o da TAP foi um pouco diferente. Não conheço a totalidade dos outros apoios, de como é que foram...

Sobre se houve reuniões sobre este tema, não houve qualquer reunião, de que me recordo.

Sobre a situação de Fernando de Pinto, a informação que tenho é que o Fernando de Pinto recebeu a mesma coisa que estaria a receber como se fosse CEO. Essa é a informação que me deram, por isso não posso pôr em dúvida.

Sobre os prémios de desempenho, eles eram um compromisso que o Sr. David Neeleman tinha com a equipa que ele trouxe do Brasil, por isso, esses prémios foram dados, salvo erro, por dois anos.

Sobre se tenho alguns projetos com algum administrador ou diretor da TAP, não tenho, não tenho projetos absolutamente nenhuns.

Sobre o aeroporto, acho que estão em cima da mesa várias hipóteses. Na minha opinião, que seja escolhida a melhor, a que custe menos dinheiro ao Estado e a que sirva melhor o País.

Sobre os aviões A350 e os A330, na realidade, a opção... Eu sabia, na altura, que o A350 era um avião que estava a ser bastante procurado, se calhar, por isso mesmo é que a Airbus não se importou de os trocar por A330, mas, no fundo, os A330 foram uma opção operacional para aquilo que se pretendia fazer numa primeira fase na TAP, das rotas da TAP, o A330 era mais económico do que o A350 e era um avião que satisfazia plenamente.

Sobre os 30 anos do *hub*, eu recordo-me de que, na realidade, e há pouco respondi que não me recordava se havia algum prazo limite, mas recordo-me de que havia um compromisso de manter o *hub* durante 30 anos em Lisboa.

Sobre a situação da Azul, a Azul, no fundo, pertencia também ao acionista David Neeleman, que tinha uma participação com alguma dimensão, participação de voto, não económica, porque, no fundo, havia a participação de direitos económicos e havia a participação social que era de votos.

Eu discuti muitas vezes com ele a concorrência da Azul e ele dizia-me que tinha mais interesse nos resultados da TAP do que nos resultados da Azul, porque na Azul ele tinha uma pequena participação, enquanto na TAP tinha uma grande participação — estamos a falar de direitos económicos.

Sobre o caso da Alexandra, a Alexandra foi contratada num processo de recrutamento para diretora de compras, papel que desempenhou com grande sucesso. Reconheço-a como uma grande profissional... Eu não a conhecia, houve uma seleção e quem fez a seleção foi o David, o David é que a selecionou. Mas ela, realmente, desempenhou com grande sucesso o papel de centralizar as compras, coisa que não era fácil na TAP, porque cada

uma das direções podia comprar e foi um trabalho difícil mentalizar as pessoas para a centralização das compras.

Por isso, aquilo que tenho para dizer dela é que é uma grande profissional e, aliás, se calhar, por isso mesmo, é que ela foi convidada para ir para presidente da NAV e, se calhar, por isso mesmo, é que foi convidada para Secretária de Estado do Tesouro, eu não faço ideia.

Ela teve uma saída da TAP por incompatibilidade com a CEO, mas eu não faço ideia de qual era o problema. Aliás, não faço ideia, ou seja, eu penso que havia ali dois ou três casos — os automóveis, a possível mudança de sede e tal —, em que ela contrariou a decisão.

Bom, o que é verdade é que havia ali uma situação que era preciso resolver e resolveram-na. Não sei se bem, se mal, mas ela foi resolvida. Ela era diretora, se calhar, também poderiam ter resolvido o problema... Se tinha incompatibilidade na comissão executiva, talvez pudesse passar da comissão executiva para diretora outra vez, em vez de a despedirem.

Mas a opção foi despedi-la e eu não conheço as razões e não conheço também ao pormenor a situação do seu despedimento e o valor que ela, entretanto, recebeu.

Sobre a HNA queria dizer que a HNA entrou no capital da Atlantic Gateway em determinada altura. Eu tinha 50 % na Atlantic Gateway, o Sr. David Neeleman, outros 50 %, e cedeu-se, na altura, os tais 20 % que a HNA precisava para fazer a consolidação e nós os dois ficámos com 40-40.

Entretanto, a HNA entrou numa situação extremamente difícil, no fundo, de falência, e nós, mais tarde, voltámos a comprar a participação e voltámos a ter 50-50 na Atlantic Gateway.

Sobre qual a administração que eu poderia escolher para a administração da TAP, acho que, neste momento, está um homem bastante competente à frente da TAP. Neste momento, se calhar, se fosse eu a escolher seria esse homem que eu escolheria: o Sr. Eng.º Luís Rodrigues.

Não sei se respondi a tudo, se calhar não, mas estou disponível para...

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Sr. Comendador, vou dar a palavra aos Srs. Deputados, que a estão a pedir, presumo, para alguns esclarecimentos a que não respondeu, creio.

Começo por dar a palavra ao Sr. Deputado Felipe Melo, que foi quem primeiro manifestou essa vontade.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Comendador respondeu a uma questão — e, honestamente, não esperava que fosse tão direto —, mas não respondeu a duas.

Não respondeu à questão de saber se, se a nova privatização da empresa ficar nas mãos só de empresários portugueses, o Sr. Comendador estaria na disposição de liderar ou de integrar esse projeto e devolver, ao longo do tempo, naturalmente, os 3,2 mil milhões de euros que são dos portugueses.

Perguntei também se, nessas condições negociais, o aeroporto de Santarém, não por uma questão meramente de representatividade empresarial do Grupo Barraqueiro, mas pelas condições que o aeroporto pode aportar, nomeadamente a comparação com Madrid pelas quatro pistas, face a uma pista que tem a Portela, e que faria, naturalmente, com que o *hub* melhorasse substancialmente, era uma questão que estaria em cima da mesa.

Sobre a HNA, assunto que tocou ao de leve, o que eu lhe tinha perguntado foi: o Governo soube deste negócio? Se soube, quem é que informou o Governo e a que membro do Governo informaram?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — O Sr. Deputado quase demorava mais tempo a esclarecer do que a fazer a pergunta original, mas faz sentido.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra para pedir um esclarecimento.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito rapidamente, Sr. Presidente, porque o Sr. Comendador faltou responder a duas questões também sobre o aeroporto.

A primeira tinha sido se o facto de o estudo para o projeto do aeroporto em Santarém ter começado em 2020 era apenas uma coincidência temporal com a sua saída da TAP; e a segunda era se algum ex-administrador da TAP — ex-administrador da TAP — participa ou não nesse projeto do aeroporto.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Moniz para o mesmo efeito, presumo.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — O Sr. Comendador foi muito claro, mas eu julgo que talvez por terem sido muitas perguntas, tenha faltado responder a algumas.

Em relação à Eng.^a Alexandra Reis, agradeço o seu esclarecimento e, digamos, a forma metódica como apresentou a questão. Mas a minha pergunta era, na sequência do que o senhor disse — e essa foi a pergunta inicial —, se entendia plausível, provável, que uma senhora com esta capacidade, enquanto quadro que reconheceu e enfatizou, quando convidada pelo Sr. Ministro das Finanças para Secretária de Estado do Tesouro não tivesse referido a circunstância de como saiu da TAP

Quer dizer, nós não convidamos uma pessoa para Secretária de Estado ou para Ministro, não se lhe liga na hora do café, a dizer: «Olhe, você quer ser Secretária de Estado? Ah, sim, sim, claro, com certeza. Então, eu já passo aí...» Há, naturalmente, no convite, como se percebe, uma conversa de enquadramento, para perceber as coisas, não é?

Portanto, nessa qualidade de que estamos a falar, pelo menos, a relevância de ter sido administradora na TAP e também presidente da NAV, não acha que o natural era fazer esta referência, sendo num quadro com a qualidade que o Sr. Comendador, e bem, atestou e que me parece que terá toda a propriedade?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Bruno Aragão, para o mesmo efeito.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, é só um minuto, é sobre a questão das prestações acessórias. Pergunto-lhe se confirma que se mantêm na TAP.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem a palavra para responder, Sr. Comendador.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou começar já, talvez, pela última, que é para não me esquecer, dizendo que as prestações acessórias continuam na TAP, sim, as minhas.

Sobre a situação da privatização, se houvesse um grupo nacional que estivesse interessado na TAP, claro que eu gostaria de fazer parte. Aliás, quando se começou a falar na privatização da TAP, há uns anos, quando começou a haver conversações com a Swissair, que acabou depois por cair, eu cheguei... Quer dizer, eu nunca me vi a mim próprio a entrar na TAP, mas cheguei a pensar: por que não se arranja um grupo nacional, de portugueses, que se pudessem interessar e que pudessem pegar na TAP? E eu andei com essa ideia na cabeça durante algum tempo.

É claro que eu não tinha ideia nenhuma de fazer parte desse grupo, porque não tinha possibilidades disso. Mas hoje eu faria, com muito gosto, e acho que valeria a pena encontrar um grupo que pudesse ficar com a TAP e que pudesse ter a possibilidade de, num prazo que, claro, possivelmente teria de ser longo, devolver ao Estado os fundos que o Estado colocou na TAP. Eu estaria completamente disponível para entrar nisso e com muito gosto.

Há outra questão que... Eu vou pedir ajuda ao Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quanto ao novo aeroporto ser em Santarém, isso era condição *sine qua non* para integrar esse projeto.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Não, não, isso não tem nada a ver uma coisa com a outra! Não tem mesmo nada!

Fomos convidados para fazer parte desse projeto. Não dissemos que não, dissemos que dependeria, se isso tivesse viabilidade ou não, mas uma coisa não tem a ver com a outra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já agora a outra questão relativamente à HNA. Quem é que informou o Governo?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Informámos o Governo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E que Membro do Governo?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Foi informado o Sr. Ministro. Foi informado o Sr. Ministro e, não sei, mas até, provavelmente, o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Ministro...?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — O Sr. Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Pedro Nuno Santos?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Na altura, sim, Pedro Nuno Santos.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, nós já estamos no esclarecimento do esclarecimento do esclarecimento, mas relembro também, e bem, que às vezes o comentário lateral para ajudar a responder não fica gravado e não é perceptível a resposta.

Creio que ainda falta uma última questão, dentro destes esclarecimentos finais e para isso dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Recorda-se da minha pergunta sobre a Eng.^a Alexandra Reis?

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Eu penso que respondi.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Calma! Não...

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Eu penso que respondi. Não?

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Respondeu da forma que entendeu e, portanto, se o Sr. Deputado, assim o entender, damos a resposta se calhar mais curta, mas mais conclusiva.

Sr. Deputado Bernardo Blanco, tem a palavra.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, são duas questões muito simples.

Primeira, se o facto de o estudo para o projeto do aeroporto em Santarém ter começado em 2020 é uma pura coincidência temporal com a nacionalização e com a sua saída da TAP, sem receber nada em troca.

Segunda, se nesse projeto está algum ex-administrador da TAP.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Tem a palavra para dar esta última resposta, por favor.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Pode ser coincidência, será coincidência... E não há ninguém que tivesse sido administrador da TAP que esteja ligado a esse projeto.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado, Sr. Comendador.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, terminámos a nossa audição de hoje. Agradeço ao Sr. Comendador Humberto Pedrosa ter estado connosco e a forma como tentou responder a todas as questões.

Permitam-me também, Srs. Deputados, a título muito pessoal, que lhes agradeça a forma muito leal como foi possível e como foi fácil conduzir esta reunião com a vossa ajuda, pois sem a vossa ajuda seria certamente muito mais difícil ou impossível.

Quero dar-vos conta de que amanhã teremos, às 17 horas, a audição do Dr. Ramiro Sequeira, sem prejuízo de termos reunião de Mesa e Coordenadores, que foi falada, mas não se encontra agendada.

A todos desejo boa noite e até amanhã.

O Sr. Comendador **Humberto Pedrosa**: — Muito obrigado a todos, também. Foi um prazer cá estar. Estou sempre disponível, Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Muito obrigado, mais uma vez.

Srs. Deputados, está encerrada a reunião.

Eram 21 horas e 49 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.